



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**Fundo Nacional sobre Mudança do Clima**

**RELATÓRIO 2013**

**Brasília, dezembro de 2013**

## **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Izabella Mônica Vieira Teixeira – Ministra de Estado

Francisco Gaetani – Secretário Executivo

## **SECRETARIA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E QUALIDADE AMBIENTAL**

Carlos Augusto Klink – Secretário

Fernando Antonio Lyrio Silva – Chefe de Gabinete

## MEMBROS DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO CLIMA

### MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Francisco Gaetani  
Carlos Augusto Klink

<b>MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</b> Carlos Afonso Nobre Gustavo Luedemann	<b>BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL</b> Gabriel Rangel Visconti José Guilherme da Rocha Cardoso
<b>MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA</b> Altino Ventura Filho Jorge Paglioli Jobim	<b>COMUNIDADE CIENTÍFICA</b> Jaílson Bittencourt Andrade José A. Marengo
<b>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO</b> Antônio Divino Moura Renato de Oliveira Brito	<b>ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS</b> Rubens Harry Born Guilherme Zaniolo Karam
<b>MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO</b> Marcos Antônio Pereira de Oliveira Silva Sérgio Luis Siebra Moreira	<b>FÓRUM BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS</b> Luiz Pinguelli Rosa Neilton Fidelis da Silva
<b>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR</b> Alexandre Comin Beatriz Martins Carneiro	<b>ENTIDADE EMPRESARIAL DO SETOR INDUSTRIAL</b> Paula Pinto Bennati José Quadrelli Neto
<b>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO</b> Arnoldo Anacleto de Campos Carlos Eduardo Portela Sturn	<b>ENTIDADE EMPRESARIAL DO SETOR RURAL</b> Luiz Fernando do Amaral Fábio Nogueira de Avelar Marques
<b>MINISTÉRIO DAS CIDADES</b> Plácido Souza Beserra	<b>TRABALHADORES RURAIS, AGRICULTURA FAMILIAR E COMUNIDADES RURAIS TRADICIONAIS</b> Antoninho Rovaris Eliziário Noé Boeira Toledo
<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> Aloísio Lopes Pereira de Melo João Luiz Tedeschi	<b>TRABALHADORES DA ÁREA URBANA</b> Jasseir Alves Fernandes Fátima Cristina Faria Palmieri
<b>MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES</b> Everton Frask Lucero Rafael da Soler	<b>ESTADOS</b> Márcia V. Real Josilene Ticianelli Vannizini Ferrer
<b>CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA</b> Felipe Taufik Daud Érico Leonardo Ribas Féltrin	<b>MUNICÍPIOS</b> Pedro Wilson Guimarães Valtemir Bruno Goldmeier

## **MISSÃO**

O Fundo Clima é um instrumento de financiamento da Política Nacional de Mudanças Climáticas que viabiliza ações inovadoras e transformadoras de organizações empreendedoras públicas e privadas em adaptação e mitigação.

## **VISÃO**

Ser reconhecido pelo governo e pela sociedade como instrumento eficiente de contribuição ao enfrentamento dos desafios/efeitos das mudanças do clima.

# **ÍNDICE**

## **APRESENTAÇÃO**

### **1. ANTECEDENTES**

### **2. ESTRUTURA ATUAL E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

#### **2.1. Organização Administrativa e Institucional**

#### **2.2. Diretrizes e Prioridades**

### **3. APOIO A PROJETOS**

#### **3.1. Orçamento 2013**

#### **3.2. Recursos Reembolsáveis Aplicados em 2013**

#### **3.3. Recursos Não-Reembolsáveis Aplicados em 2013**

#### **3.4. Carteira de Projetos**

### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Avaliação preliminar do desempenho do Fundo**

## **EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA**

## **ANEXOS**

## SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente

BACEN – Banco Central do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

DCD – Departamento de Combate à Desertificação

DEMC – Departamento de Mudanças Climáticas

DEX – Departamento de Extrativismo

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EPPGG – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

FBMC – Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

FNMC – Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

GIZ – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

LOA – Lei Orçamentária Anual

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MCT – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PAAR – 2012 – Plano Anual de Aplicação de Recursos 2012

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PPA – Plano Plurianual

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal

SEDR – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

SMCQ – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

TCU – Tribunal de Contas da União

## APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar as ações do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – Fundo Clima em 2013, bem como sua evolução nos últimos três anos.

O Fundo Clima é um instrumento da Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, servindo-lhe de suporte financeiro para viabilizar e potencializar suas diretrizes e objetivos. Embora o desafio das políticas públicas para enfrentar as questões postas pela mudança do clima seja imenso e compartilhado entre vários atores públicos e privados, a contribuição do Fundo Clima pode ser significativa ao viabilizar ações inovadoras e transformadoras.

O Fundo não é um agente direto de mitigação e adaptação, mas, antes, um meio para fortalecer as ações que promovam uma economia de baixo carbono e reduzam o impacto das mudanças do clima nos ecossistemas e nas populações mais vulneráveis. Ele apóia projetos voltados à implantação de infraestrutura de coleta e tratamento de informações climáticas, monitoramento de emissões, desenvolvimento de metodologias e procedimentos técnico-científicos, avaliação e prevenção de riscos e de impactos, projetos experimentais de recuperação e adaptação nas áreas vulneráveis dos ecossistemas costeiros e semiáridos, nas áreas desmatadas e de ocupação inadequada, bem como projetos de investimentos que tenham como consequência a redução de emissão de gases de efeito estufa.

Sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Comitê Gestor do Fundo, composto por entidades governamentais e não governamentais, orienta suas ações, ditadas pelas diretrizes da PNMC e da aplicação dos recursos disponíveis.

Sua principal fonte de recursos nesse início de constituição originou-se das compensações financeiras que cabem à União pela exploração de petróleo e gás natural, tornando o Fundo Clima um caso pioneiro no mundo. Esta fonte já transferiu recursos da ordem de R\$1 bilhão. Para 2014, os recursos previstos são do próprio orçamento da União.

Com a alteração da Lei do Petróleo, os recursos deverão vir do Fundo Social, criado pela Lei nº 12.351/2010, ligado à Presidência da República, que depende de regulamentação.

## 1. ANTECEDENTES

O Fundo Clima iniciou suas operações em 2011. Não obstante a realização da reunião do Comitê Gestor em dezembro de 2010, quando propôs suas diretrizes bienais, as linhas de ação a serem desenvolvidas, sua instituição como unidade gestora, administrativa e orçamentária e suas normatizações subsequentes somente começaram a ser implementadas no ano seguinte.

Apesar dos esforços empreendidos nos últimos três anos, alguns desafios e dificuldades permanecem e encontram-se em estágios diferentes de evolução. Eles são de três ordens: institucionais, execução orçamentária e comunicação.

a) Quanto à sua institucionalização, há aspectos administrativos, normativos e operacionais a destacar:

Do ponto de vista administrativo, o mínimo para começar a operar, como equipe, local, equipamentos e normas básicas de procedimento, foi obtido no seu primeiro ano, porém algumas carências deverão se manifestar quando do seu crescimento. Em um primeiro momento, alguns recursos físicos e humanos foram reunidos para operação, com equipe predominante de servidores temporários ou emprestados de outras áreas. Porém, a falta de um quadro mais estável e capacitado de servidores na gestão do fomento ainda é uma dificuldade presente.

Do ponto de vista normativo, os esforços empreendidos nos primeiros meses de operação conseguiram efetivar os primeiros passos de acordo com a legislação e os Decretos da PNMC e do Fundo, com a nomeação formal dos membros do Comitê Gestor, a aprovação do seu regimento interno, a criação de grupos técnicos.

Do ponto de vista organizacional, alguns procedimentos preliminares e rotinas internas foram efetivados, permitindo a execução orçamentária e de projetos ao longo desses anos. Entretanto, elas ainda permanecem nas ações dos indivíduos e



precisam ser consolidadas por protocolos de implementação. Daí a necessidade de serem desenvolvidas e aprofundadas as atividades de planejamento organizacional, iniciadas em 2012, com a elaboração e aperfeiçoamento de instrumentos de execução de projetos não reembolsáveis. Como primeiro passo nesta direção, o Fundo deverá lançar em 2014 um glossário de termos técnicos e gerenciais, um novo roteiro para elaboração de propostas e um manual de orientação para apresentação de projetos.

b) Quanto à execução dos recursos, o Fundo, embora tenha operado o orçamento disponível, enfrenta dificuldades de aplicação dos recursos. O Fundo não possui estrutura para atuar maciçamente com alguns instrumentos disponíveis na administração pública como convênios e contratos. Nesse sentido, procurou realizar parcerias com órgãos e instituições já estruturadas que pudessem, dentro de metas conjuntas, multiplicar sua capacidade de apoio a projetos

c) A comunicação é sua maior carência. Apesar de ser reconhecido, dada a relevância do tema mudança do clima e a PNMC ser uma das principais prioridades do governo federal, seus resultados, montante investido, metas alcançadas não são do conhecimento do grande público. Foram iniciadas as discussões sobre indicadores de monitoramento e indicadores de impacto dos projetos e alguns resultados agregados dos projetos já podem ser apurados, porém necessitam de aperfeiçoamento e validação.

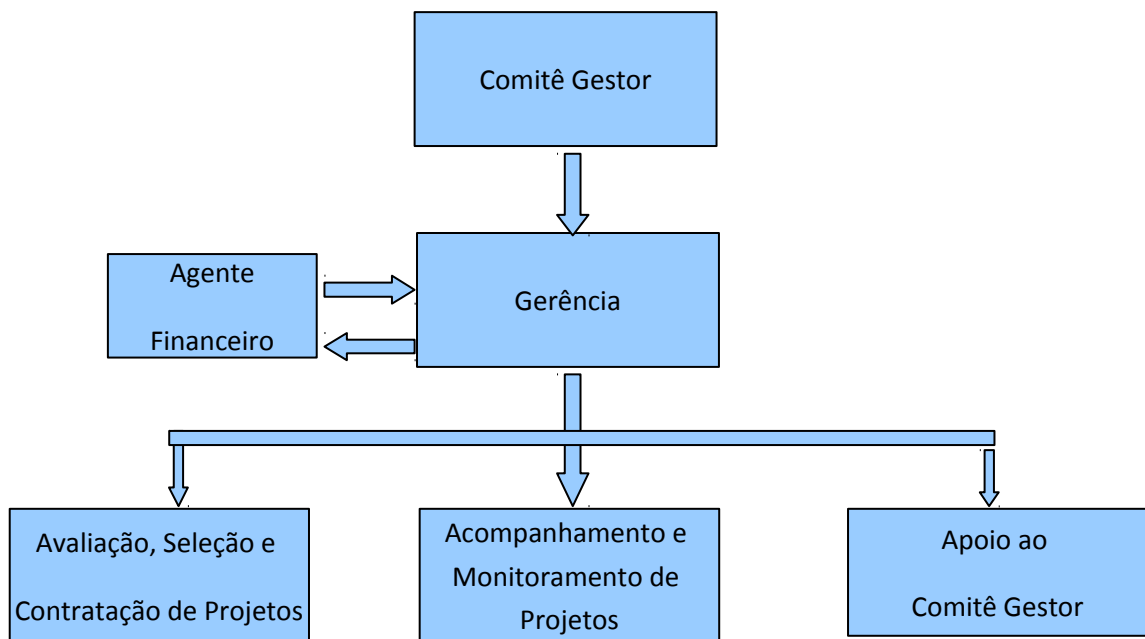
O ano de 2013 encerrou-se com avanço das metas propostas, dispondo o Fundo Clima de suas novas diretrizes bienais, de novos instrumentos para os projetos e de alguns resultados apurados.

## 2. ESTRUTURA ATUAL E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

### 2.1. Organização Administrativa e Institucional

O Fundo Clima é constituído por um Comitê Gestor, uma Gerência com papel de secretaria executiva e um Agente Financeiro.

A organização atual encontra-se esboçada na figura a seguir:



#### 2.1.1. Comitê Gestor

O **Comitê Gestor**, composto por representantes do poder público e da sociedade civil, é vinculado ao MMA, que o coordena, e tem como atribuições aprovar a proposta orçamentária e o Plano Anual de Aplicação de Recursos - PAAR, estabelecer diretrizes bienais e prioridades na aplicação de recursos, aprovar projetos e relatórios anuais de atividades e desempenho do agente financeiro e da coordenação do Fundo.

Durante o ano de 2013, foram realizadas 03 (três) reuniões ordinárias do Comitê Gestor, conforme a Portaria nº 28 , de 04 de fevereiro de 2013 .

O Quadro a seguir resume as reuniões do Comitê Gestor realizadas em 2013.

### REUNIÕES DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO CLIMA - 2013

REUNIÕES ORDINÁRIAS		
REUNIÕES	DATA	PAUTA
9ª Reunião	19/02/2013	Apresentação das Contas 2012
		Diretrizes e Prioridades para 2013
		Proposta e discussão PAAR 2013
10ª Reunião	20/06/2013	Aprovação PAAR 2013
		Apresentação do andamento de alguns projetos
11ª Reunião	28/11/2013	Situação orçamentária 2013 e propostas de remanejamentos
		Avaliação de andamento e situação dos projetos
		Proposta de calendário 2014

Estavam previstas inicialmente 4 (quatro) reuniões ordinárias do Comitê Gestor do Fundo Clima, porém, em razão do contingenciamento orçamentário e do recolhimento dos limites disponíveis, a terceira reunião precisou ser adiada, não restando tempo hábil para a realização da quarta reunião ordinária de 2013. Desta forma, o Comitê reuniu-se apenas três vezes no ano de 2013, número mínimo de reuniões ordinárias em um período de doze meses previsto no §6º do artigo 10 do Decreto nº 7.343, de 26 de outubro de 2010.

#### 2.1.2. Gerência Fundo Clima

A **Secretaria Executiva** do Fundo Clima é uma gerência atualmente vinculada ao Gabinete da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – SMCQ/MMA, com a atribuição de coordenar as ações do Fundo e exercer a função de apoio administrativo e operacional para proceder à instrução, celebração e demais procedimentos que tenham por objeto a execução de projetos apoiados pelo Fundo.

Na proposta de reestruturação da SMCQ, propõe-se que o Fundo se vincule diretamente ao Gabinete desta Secretaria, o que ocorreu, na prática, em 2013. As

vantagens desta vinculação direta são o encurtamento dos trâmites burocráticos, maior agilidade nos processos, proximidade do Fundo da tomada de decisão, uma vez que o Secretário da SMCQ é o condutor substituto das reuniões do Comitê Gestor e possui contato direto com a presidência do Fundo. Ademais, o Fundo possui inserção transversal nos departamentos desta Secretaria, servindo de apoio às ações da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

A Gerência do Fundo Clima está organizada para atender a três aspectos administrativos: i) a viabilização da contratação de projetos não reembolsáveis e da transferência de recursos ao agente financeiro, ii) o acompanhamento necessário à execução dos projetos não reembolsáveis e seu respectivo monitoramento de resultados e iii) o apoio às atividades do Comitê Gestor.

A equipe da Coordenação do Fundo Clima conta hoje com 9 funcionários, dos quais 6 (seis) são servidores vinculados ao MMA (5 estáveis e 1 temporário), 2 (dois) são servidores de carreira do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e 1 (um) é terceirizado. (Detalhamento no Quadro abaixo).

**COORDENAÇÃO FUNDO CLIMA  
FUNÇÕES, CARGOS E ATIVIDADES – Dez 2013**

<b>FUNÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>CARGO</b>	<b>ATIVIDADE</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
Gerência	1	101.4	Coordenação Geral	Servidor estável - MPOG
Serviços técnicos	1	EPPGG	Avaliação e Monitoramento de projetos, formulação de insumos técnicos e relatórios anuais	Servidor estável - MPOG
Serviços administrativos	1	Agente de Portaria	Execução e acompanhamento de convênios e descentralizações	Servidor Estável - MMA
Secretariado	1	Secretária	Atendimento, elaboração de correspondência, agenda	Terceirizado
Apoio Administrativo	1	Agente Administrativo	Controle e tramitação de documentos, emissão de passagens,	Servidor Estável - MMA
Serviços técnicos	1	Técnico Especializado	Apoio ao Comitê Gestor	Servidor Temporário - MMA
Serviços técnicos	3	Analista ambiental	Planejamento organizacional, fiscalização e acompanhamento de projetos, insumos técnicos e relatórios	Servidor Estável - MMA

Tais servidores executaram, no corrente ano, as atividades rotineiras prioritárias de organização dos processos administrativos, acompanhamento e avaliação dos projetos, atividades de planejamento do desenvolvimento organizacional e suporte ao Comitê Gestor. Como nos anos anteriores, a Coordenação lançou mão com frequência de apoio externo eventual de outras unidades da SMCQ ou de outras Secretarias do MMA, para atividades técnicas de avaliação, análise e fiscalização de projetos.

Considerando-se o custo de manutenção da Gerência do Fundo (95% dos custos totais são salários) e os recursos executados, no caso dos recursos não reembolsáveis, estima-se que para cada real gasto, foram investidos R\$24,59 em projetos na média dos últimos três anos. Não se computou nessa relação o tempo necessário para viabilizar a gestão e acompanhamento da transferência dos recursos reembolsáveis, bem como a produção de subsídios para viabilizar as diretrizes de aplicação destes recursos, que, porém, é expressivo (equivale a cerca de 15% do tempo gasto nas atividades da Gerência). Em valores executados, cada servidor da Gerência do Fundo Clima (indistintamente técnicos e administrativos), executou cerca de R\$3 milhões de recursos não reembolsáveis na média dos últimos três anos.

### 2.1.3. Agente Financeiro

O **Agente Financeiro** do Fundo Clima é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, conforme exposto na sua Lei de criação. Durante o ano de 2013, a Gerência do Fundo executou, junto ao BNDES, as seguintes atividades principais:

- Discussão e proposição de insumos para formular diretrizes para os projetos reembolsáveis proporcionando subsídios ao BNDES para a manutenção do Programa denominado "Fundo Clima".
- Elaboração, discussão e proposição de insumos para elaborar o segundo termo aditivo ao Contrato para transferência de recursos.

- Planejamento e execução de reuniões de divulgação do Fundo Clima junto a grupos interessados ou clientes potenciais tais como bancos de fomento e de desenvolvimento, associação de produtores e empresários, governos municipais e estaduais.
- Apoio técnico e operacional para implantação de novas linhas de ação para recursos reembolsáveis por meio do Grupo Técnico para recursos reembolsáveis criado pelo Comitê Gestor do Fundo.
- Articulação e coordenação de reuniões e elaboração de subsídios para a instituição da nova Resolução do Conselho Monetário Nacional para regulamentar as ações do Fundo quanto aos recursos reembolsáveis.

A nova Resolução do Banco Central do Brasil, de nº4.267 de 30 de setembro de 2014, regulamentou as novas linhas de ação do Fundo Clima para Recursos Reembolsáveis e estabeleceu novos juros e prazos para todas as linhas de ação. Assim, as linhas de ação de combate à desertificação, florestas nativas, máquinas e equipamentos eficientes e gestão e serviços de carbono apresentam taxas que variam entre 1,4 e 4,6% ao ano com prazos de 12 a 25 anos de financiamento com carência entre 2 e 8 anos. As linhas de ação de energias renováveis e cidades sustentáveis possuem juros variando entre 2,3 e 5,5% ao ano, com prazos entre 12 e 16 anos e carências de 2 a 8 anos. As linhas de ação de modais de transportes eficientes, resíduos sólidos e carvão vegetal apresentam juros entre 4,3 e 7,5% ao ano com prazos de 15 anos e carências entre 5 e 8 anos.

Cabe ressaltar que o ano de 2013 marcou o início das primeiras aprovações e liberações de recursos reembolsáveis para financiamento a projetos.

#### 2.1.4. Resumo das Atividades Desenvolvidas

As principais atividades desenvolvidas durante o ano de 2013 e executadas pela Gerência do Fundo são apresentadas no Quadro abaixo.

<b>FUNDO CLIMA</b>		
Linha do Tempo – Atividades 2013		
JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
Elaboração Relatório 2012 Reunião GT não reembolsável Preparação do PAAR 2013	Reunião GT não reembolsável 9º RO Comitê Gestor Seminário Energia-Manejo BNB Reunião sobre Resolução CMN	Elaboração PAAR 1ª Versão Seminário setor Ceramista Gesseiro
ABRIL	MAIO	JUNHO
Monitoramento projetos Reunião sobre Resolução CMN Elaboração instrumentos de transferência de recursos a projetos	Simposio Vulnerabilidade Costeira	1º contingenciamento 10ª RO Comitê Gestor Publicação PAAR 2013 Reunião sobre Resolução CMN
JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
Recebimento e avaliação projetos dirigidos Preparação minuta aditivo de contrato BNDES	2º contingenciamento Retirada de limites de gastos Oficina Planejamento Gerência Envio minuta aditivo Recursos reembolsável a MPOG e MF Monitoramento de projetos Reunião sobre Resolução CMN	Oficina Planejamento Gerência Aprovação Resolução CMN Nº 4.267/2013
OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
Oficina Planejamento Gerência	Liberação parcial limites de gastos 11ª RO Comitê Gestor Oficina Planejamento Gerência Revisão PAAR 2013	Execução orçamentária Assinatura Aditivo BNDES Liberação limites de gastos Elaboração de relatórios de prestação de contas

Ao longo de 2013 foram realizadas pela Gerência do Fundo Clima atividades de monitoramento e avaliação dos projetos não reembolsáveis vigentes, além de apoio aos responsáveis pelos projetos em sua execução.

Também teve sequência o projeto de desenvolvimento organizacional da Gerência do Fundo Clima, com realização de reuniões e oficinas mensais durante o ano para o mapeamento de procedimentos e o desenvolvimento de instrumentos visando a melhoria da sua gestão.

O projeto de desenvolvimento organizacional, que foi iniciado em 2011, teve como principais entregas ao final de 2013 um glossário de termos técnicos e gerenciais do Fundo, um roteiro para elaboração de projetos não reembolsáveis a serem submetidos em futuras seleções e também um levantamento dos instrumentos gerenciais utilizados pelo Fundo Clima, dentre eles a padronização das chamadas,

dos editais, dos relatórios de andamento dos projetos. Para tanto, a equipe promoveu reuniões internas para o desenvolvimento dos instrumentos, bem como encontros com a equipe da Cooperação Técnica Alemã – GIZ.

Ao final de 2013, foi contratado um consultor, por meio da cooperação técnica, para iniciar o plano de comunicação interna do Fundo Clima, atividade que terá continuidade em 2014.

## **2.2. Diretrizes e Prioridades**

O Fundo Clima iniciou em 2013 seu segundo biênio (anos 2013 e 2014), conforme o inciso III do art. 9º do Decreto nº 7.343, de 26 de outubro de 2010, que define, dentre as competências do Comitê Gestor, estabelecer diretrizes, com frequência bienal, e prioridades para a aplicação dos recursos.

As diretrizes e prioridades do biênio 2013 e 2014 foram definidas na 9ª Reunião Extraordinária do Comitê Gestor, realizada em 19 de fevereiro de 2013, nos termos do art.13 do Decreto nº 7.343/2010:

- Na área de mitigação, ações relacionadas ao cumprimento dos objetivos estabelecidos nos planos setoriais, a saber: combate ao desmatamento dos biomas brasileiros, geração e distribuição/transporte de energia, agropecuária, produção de carvão vegetal e melhoria dos processos na siderurgia, transporte público urbano e sistemas modais de transportes interestadual de carga e passageiros, indústria de transformação e bens de consumo duráveis, indústrias químicas, fina e de base, indústria de papel e celulose, mineração, indústria da construção civil, serviços de saúde, economia florestal, cidades sustentáveis e gestão de carbono.
- Na área de adaptação, ações estratégicas relacionadas às áreas identificadas como as mais vulneráveis, a saber: elaboração da estratégia nacional de adaptação às mudanças climáticas e aos seus efeitos, práticas



adaptativas para desenvolvimento sustentável do semiárido, capacitação e treinamento, monitoramento e avaliação.

### **3 APOIO A PROJETOS**

Atualmente, estão em execução projetos financiados com recursos não reembolsáveis do orçamento de 2011, 2012 e 2013, bem como os primeiros projetos que contam com recursos reembolsáveis.

Parte dos projetos não reembolsáveis de 2011 ainda está em execução, mas já receberam os recursos previstos nos respectivos cronogramas para 2011 e 2012.

Quanto aos recursos reembolsáveis, em 2013 foram aprovados dois projetos. O total de recursos transferidos pelo Fundo ao BNDES, nos últimos três anos, somam R\$ 920.000.000,00 (novecentos e vinte milhões de reais).

#### **3.1. Orçamento 2013**

Os recursos totais propostos no PLOA 2013 e aprovados pelo Congresso Nacional em 4 de abril de 2013 (LOA nº 12.798/2013) foram de R\$ 388.802.000,00 (trezentos e oitenta e oito milhões, oitocentos e dois mil reais), distribuídos da seguinte forma:

- a) R\$360.000,000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais) em recursos reembolsáveis, para financiamento a projetos, e R\$3.556.976,00 (três milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, novecentos e setenta e seis reais) a serem transferidos como pagamento ao agente financeiro do Fundo Clima.
  
- b) R\$28.388.000,00 (vinte e oito milhões e trezentos e oitenta e oito mil reais) em recursos não reembolsáveis, dos quais R\$ 20.292.000,00 (vinte milhões, duzentos e noventa e dois mil reais) da fonte 142 – Compensações Financeiras pela Exploração do Petróleo e Gás Natural e R\$ 8.096.000,00 (oito milhões, noventa e seis mil reais) da fonte 196 - Doações.

c) R\$414.000,00 (quatrocentos e catorze mil reais) para gestão e administração do Programa, a serem administrados pelo Fundo para desempenho de suas atividades.

Os contingenciamentos no orçamento ao longo de 2013 causaram reduções nos valores inicialmente previstos na Lei Orçamentária Anual, provocando alterações nos recursos não reembolsáveis, mas não no orçamento dos recursos reembolsáveis.

Como o orçamento federal foi aprovado em abril de 2013, o Plano Anual de Aplicação de Recursos 2013 foi desenvolvido em duas fases. O texto-base do PAAR 2013 apresentou tanto uma lista de tipos de projetos não reembolsáveis já em andamento desde o exercício anterior ou em estágio adiantado de instrumento legal para execução, quanto listagem dos tipos de projetos dependentes de aperfeiçoamentos e disponibilidades de recursos. A primeira lista foi autorizada para seguimento pelo Comitê Gestor, enquanto a segunda lista dependeria do aperfeiçoamento dos projetos e da disponibilidade de recursos.

A versão final do PAAR 2013 somente conseguiu ser aprovada definitivamente na 10ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor, em 20 de junho de 2013. Durante esse período, a Gerência do Fundo trabalhou com as prioridades aprovadas durante a 9ª Reunião Ordinária, de 19 de fevereiro de 2013.

Além disso, os recursos aprovados na LOA sob a rubrica 196 – Doações não foram efetivados, uma vez que as negociações com o provável doador não foram efetivadas. Assim, o orçamento foi operado apenas com a fonte 142 – Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo e Gás Natural, então disponível.

Em relação à modalidade reembolsável, abriu-se o processo de elaboração e aprovação do segundo termo aditivo ao contrato entre MMA e BNDES para a transferência dos recursos. Com a consulta ao MPOG e ao MF, de acordo com o entendimento da Consultoria Jurídica do MMA sobre o Decreto 7.793/2012, o

aditivo somente pode ser assinado em dezembro. Sem liberação financeira pela Secretaria do Tesouro Nacional, os recursos foram inscritos em restos a pagar para 2014.

Entre junho e agosto, ocorreram dois contingenciamentos no orçamento do Governo Federal, que afetaram também os limites para aplicação dos recursos não reembolsáveis, fazendo com que o PAAR 2013 fosse revisto à luz das novas disponibilidades orçamentárias. O Decreto nº 8.062, de 29 de julho de 2013 e a Portaria MPOG nº 268, de 30 de julho de 2013, estabeleceram a metodologia a ser aplicada na contenção dos gastos relativos a despesas de custeio. O contingenciamento baseou-se no valor empenhado em 2012, corrigido pelo IPCA médio, com percentual diferenciado aplicado nos itens de gasto. Desta forma, houve redução de 13% em apoio administrativo, 25% em diárias e passagens, 20% em locação de móveis, 37% em material de consumo, 21% em serviços de energia elétrica, 16% em suporte a tecnologia da informação, 28% em serviços terceirizados de pessoal temporário e 14% em vigilância. As normativas também suspendiam as contratações com locação, aquisição e reforma de imóveis, aquisição e locação de veículos, locação de máquinas e equipamentos. Tais vedações impactaram as propostas de projetos, bem como os projetos já em andamento que não haviam ainda efetivado suas despesas.

Dado o impacto dessa redução de gastos em todo o orçamento do MMA, houve um recolhimento total dos limites para empenho, até que fosse possível um redimensionamento das prioridades e uma redistribuição dos limites para as unidades orçamentárias.

Como isso ocorreu no final do exercício, os remanejamentos foram aprovados na 11ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor, realizada em 28 de novembro de 2013.

### **3.2. Recursos Reembolsáveis Aplicados em 2013**

Em 2013, o BNDES, agente financeiro do Fundo Clima, firmou contrato de financiamento de dois projetos com recursos do Fundo Clima, na linha de produção mais

eficiente de carvão vegetal e na linha de mobilidade urbana, totalizando R\$73,6 milhões.

O projeto completo referente à linha de carvão vegetal deverá investir R\$ 60,9 milhões, dos quais R\$ 7,6 milhões originados do Fundo, na construção de fornos para ampliar a capacidade produtiva do tomador. Tal capacidade deverá ser ampliada em mais de 2/3 ao ano para fins de abastecimento de sua planta de produção de tubos de aço. Para acessar os recursos do Fundo Clima, a empresa precisou comprovar que toda a madeira utilizada nos fornos tem origem em florestas plantadas, garantindo a sustentabilidade e o caráter renovável do carvão vegetal produzido por ela. A utilização de carvão vegetal renovável é uma vantagem competitiva da siderurgia brasileira, com menor emissão de gases do efeito estufa quando comparado com a utilização de combustíveis fósseis, como, o carvão mineral.

O projeto de mobilidade urbana deverá investir R\$ 66 milhões de recursos do Fundo Clima, melhorando a eficiência de uma rede ferroviária na cidade do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense. O projeto está inserido dentro do programa de investimento de empresa concessionária, de valor total superior a R\$ 2,2 bilhões, dos quais R\$ 1,8 bilhões serão financiados pelo BNDES. Os recursos do Fundo Clima serão investidos especificamente no aumento da automatização dos controles de trens, que além de aumentar sua segurança operacional, resultará na redução dos intervalos entre as composições e, por consequência, aumentará a eficiência deste modal de transporte.

Reconhece-se que a quantidade de financiamentos reembolsáveis esteja aquém do seu potencial, porém o ano de 2013 marca o início efetivo dos empréstimos. A tendência é de essa modalidade assumir uma importância crescente em um futuro próximo, colaborando para o alcance dos objetivos do Fundo.

### **3.3. Recursos Não-Reembolsáveis Aplicados em 2013**

Em 2013, foram aplicados R\$ 14.576.937,13 (quatorze milhões, quinhentos e setenta e seis mil, novecentos e trinta e sete reais e treze centavos) em projetos não

reembolsáveis, equivalendo a 98,76% da execução do limite orçamentário definido e 71,83% da LOA 2013. Portanto, o limite orçamentário estipulado para o Fundo foi executado em sua quase totalidade. O total da LOA não foi alcançado porque novas metas de contenção de despesas foram estabelecidas pelo Governo.

O Quadro a seguir resume os tipos de projetos que foram beneficiados com recursos não reembolsáveis do orçamento 2013.

FUNDO CLIMA – Recursos Não Reembolsáveis  
Orçamento e Execução - 31 de dezembro de 2013

ÁREAS	TIPOS DE PROJETOS	INSTITUIÇÃO EXECUTORA	ORÇAMENTO 2013	VALOR EXECUTADO 2013	RECURSO PARA INVESTIMENTO
Área 2 Práticas adaptativas para desenvolvimento sustentável do semi-árido	Manejo florestal de uso múltiplo integrado, restauração ecológica e difusão de tecnologias para melhor convívio com o semi-árido	Serviço Florestal Brasileiro	R\$ 943.889,35	R\$ 943.889,35	R\$ 0,00
	Conservação, proteção, produção e uso múltiplo integrado e sustentável dos recursos naturais e difusão de tecnologias para melhor convívio com a semiaridez	Departamento de Combate à Desertificação – Manifestação 1	R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.200.000,00	R\$ 0,00
		Departamento de Combate à Desertificação – Manifestação 2	R\$ 1.039.000,00	R\$ 1.039.000,00	R\$ 0,00
Área 3 Educação, Capacitação, Treinamento e Mobilização	Capacitação e treinamento para a mudança do clima	Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas	R\$ 336.977,34	R\$ 324.977,34	R\$ 0,00
Área 4 Adaptação da Sociedade e Ecossistemas	Manejo florestal comunitário, pesquisa e desenvolvimento e difusão de tecnologias	Serviço Florestal Brasileiro	R\$ 2.335.000,00	R\$ 2.335.000,00	R\$ 0,00
	Metodologia para quantificação de riscos costeiros e projeção de linhas de costa futuras como subsídio para estudos de adaptação costeira	Universidade Federal de Santa Catarina	R\$ 258.450,00	R\$ 258.450,00	R\$ 0,00
	Impactos das mudanças climáticas globais sobre os recursos hídricos do bioma cerrado	Embrapa Cerrados	R\$ 585.120,00	R\$ 457.456,37	R\$ 441.000,00
	Componente Adaptação ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima	Fundação Getúlio Vargas	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00
	Aplicação de metodologias de mapeamento das vulnerabilidades à perda de biodiversidade nos biomas brasileiros	Instituto Chico Mendes de Biodiversidade	R\$ 200.000,00	R\$ 158.000,00	R\$ 158.000,00
	Planos de gestão territorial e ambiental em terras indígenas – PNGATI	Departamento de Extrativismo	R\$ 3.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	R\$ 0,00
Área 5 Monitoramento e Avaliação	Sistemas de monitoramento de Emissões estaduais e municipais	Departamento de Mudanças Climáticas / PNUD	R\$ 759.800,00	R\$ 759.800,00	R\$ 0,00
	Monitoramento de Emissões por Fermentação Entérica de Bovinos em Sistemas ILPF e em confinamento	Embrapa Agrosilvopastoril	R\$ 782.364,07	R\$ 782.364,07	R\$ 663.020,40
	Recuperação de Dados Meteorológicos Históricos e sua Conversão para Formato Digital	Instituto Nacional de Meteorologia	R\$ 2.918.000,00	R\$ 2.918.000,00	R\$ 2.918.000,00
			R\$ 14.758.600,76	R\$ 14.576.937,13	R\$ 4.180.020,40

Com os contingenciamentos orçamentários e com os limites liberados por negociação, as linhas de ação mais viáveis dentre aquelas aprovadas no PAAR 2013 foram constituídas pelas instituições com meios mais ágeis e rápidos na

execução, destacando-se aquelas que já dispunham de projetos de cooperação técnica, ou de projetos aprovados que demandavam aditivos, ou ainda com processos licitatórios em andamento para recursos de investimento.

No primeiro grupo, encontram-se o Serviço Florestal Brasileiro e os Departamentos do MMA de Combate à Desertificação, de Extrativismo e de Mudanças Climáticas. No segundo grupo, estão o ICMBio, a Fundação Getúlio Vargas e a Universidade Federal de Santa Catarina. No terceiro grupo, estão o Instituto Nacional de Meteorologia, a Embrapa Agrossilvopastoril e a Embrapa Cerrados.

Deve-se ressaltar que, embora os executores das linhas de ação do orçamento 2013 sejam, em sua grande maioria, entidades públicas vinculadas à União, algumas linhas de ação terão como executores finais entidades privadas sem fins lucrativos contratadas por meio de pregão eletrônico, chamadas públicas e manifestações de interesse. Este contingente representa cerca de 60% dos recursos disponíveis.

Por meio destas parcerias, o Fundo Clima consegue otimizar suas ações, apoiar mais projetos com os mesmos recursos e menores custos administrativos.

### **3.3. Carteira de Projetos**

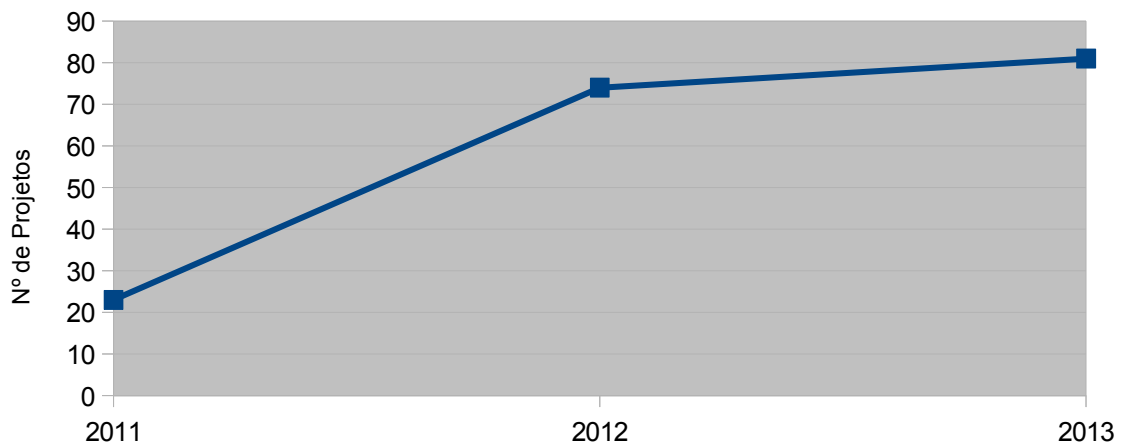
Nos três anos de funcionamento, o Fundo Clima já contratou, com recursos não reembolsáveis, 40 instituições e apoiou 178 projetos, e com os recursos reembolsáveis contratou 2 empreendimentos.

Os projetos apoiados com recursos não reembolsáveis somam o valor aproximado de R\$ 86 milhões, dos quais cerca de R\$77 milhões já transferidos nos últimos três exercícios. Os projetos apoiados com recursos reembolsáveis somam o valor de R\$ 73,6 milhões, contratados em 2013.

A partir do primeiro ano de funcionamento, em 2011, o Fundo Clima vem aumentando significativamente o apoio a projetos, sobretudo em função de parcerias com

instituições que possuem finalidades e missões semelhantes e convergentes com a Política Nacional sobre Mudança do Clima. O Gráfico a seguir apresenta a evolução nos últimos três anos, em termos quantitativos, no apoio a projetos com recursos não reembolsáveis, passando de 23 projetos apoiados em 2011 para 74 projetos apoiados em 2012 e 81 projetos apoiados em 2013.

### FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA EVOLUÇÃO DE PROJETOS CONTRATADOS - 2011 - 2013



O salto quantitativo dos projetos de 2011 para 2012 corresponde a uma mudança no uso dos instrumentos de apoio que passa do convênio ao contrato, a partir de parcerias com outras unidades do MMA e isso permaneceu em 2013.

O Quadro a seguir apresenta a situação dos projetos contratados pelo Fundo Clima com recursos não reembolsáveis nos últimos três anos em relação ao estágio de desenvolvimento em que se encontram.



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA  
RESUMO DA SITUAÇÃO DOS PROJETOS 2011 – 2012 – 2013  
DEZEMBRO 2013**

	<b>NÃO INICIADOS</b>	<b>ATRASADOS</b>	<b>NO CRONOGRAMA</b>	<b>CONCLUÍDOS</b>
<b>2011</b>	0,00%	13,64%	72,73%	13,64%
<b>2012</b>	0,00%	0,00%	90,00%	10,00%
<b>2013</b>	50,00%	0,00%	50,00%	0,00%
<b>TOTAL</b>	10,00%	7,50%	72,50%	10,00%

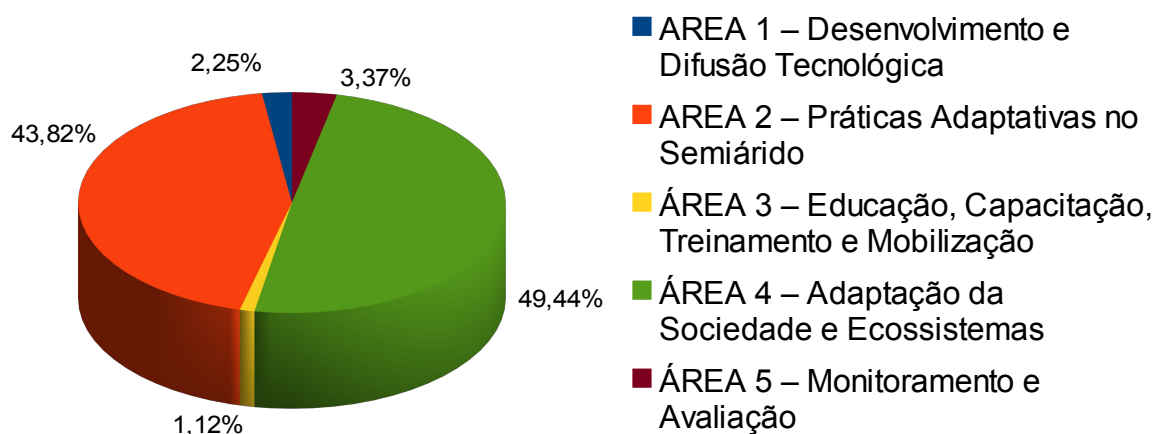
Apesar de ser um Fundo recente, a maioria (mais de 2/3) dos projetos está no cronograma proposto em seus respectivos planos de trabalho. Ressalte-se que eventuais alterações ocorridas nos planos de trabalho desses mesmos projetos, considerados “no cronograma”, foram motivados por atrasos na liberação dos recursos pelo Governo Federal no início do exercício 2012 e não por motivação das instituições contratadas. Uma vez iniciado o projeto, a grande maioria vem se desenvolvendo no cronograma proposto.

Em relação aos “atrasados”, equivalente a 7,5% dos projetos totais, cuja maior parte refere-se ainda a 2011, os principais motivos devem-se a aspectos procedimentais, como a dinâmica dos processos licitatórios, quanto a questões climáticas que impactam as áreas de execução, como secas prolongadas ou estado de calamidade pública. Todos possuem fiscais ou monitores que proporcionam apoio e assistência para a solução das pendências e retomada do cronograma de trabalho.

O Fundo Clima possui cinco áreas atuação, que é a parte mais abrangente da decomposição de suas linhas de ação (ver Glossário). O Gráfico a seguir apresenta a distribuição dos projetos contratados com recursos não reembolsáveis entre 2011 e 2013, por área de atuação do Fundo.

## FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

### Projetos Contratados por Área de Atuação - 2011 a 2013



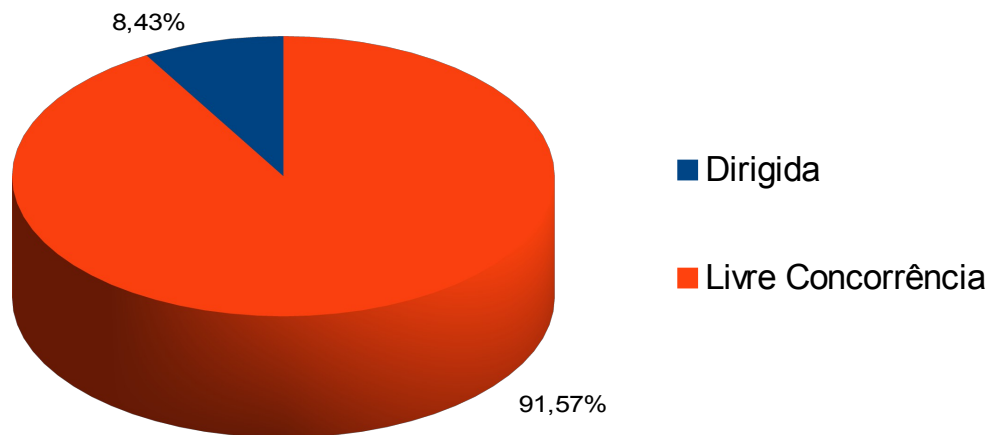
Pode-se constatar que a metade dos projetos contratados concentra-se na Área 4 – Adaptação da Sociedade e Ecossistemas e outros 2/5 concentram-se na Área 2 – Práticas Adaptativas no Semiárido. Nesse sentido, 93,26% dos projetos não reembolsáveis do Fundo são voltados à adaptação aos efeitos da mudança do clima, denotando sua prioridade em contraponto aos recursos reembolsáveis, cuja prioridade é a mitigação.

O Fundo Clima tem sido o principal instrumento para o combate à desertificação, visando ações de adaptação que passam pela formação técnica, inovação tecnológica, difusão de tecnologias sociais para convivência com a semiaridez (cisternas, curvas de nível, renques de pedra, barragens base zero, manejo florestal, eficiência energética). (Vide Relatório Completo da parceria com o Departamento de Combate à Desertificação no Anexo nº 2)

Além disso, o Fundo Clima tem apoiado ações de assistência técnica, capacitação, formação profissionalizante no setor do manejo florestal, com vistas tanto à redução de emissões, quanto ao fortalecimento da resiliência de pequenos produtores e assentados. (Vide Relatório Completo da parceria com o Serviço Florestal Brasileiro no Anexo nº 3)

O montante de recursos aplicados nestas duas Áreas (2 e 4), corresponde a 55,43% do total aplicado. A Área 5 – Monitoramento e Avaliação conta com 1/3 dos recursos não reembolsáveis do Fundo aplicados e destinados a projetos estruturantes da Política Nacional sobre Mudança do Clima. (Vide Gráfico a seguir)

### **FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA Projetos Contratados por Modo de Seleção - 2011 a 2013**



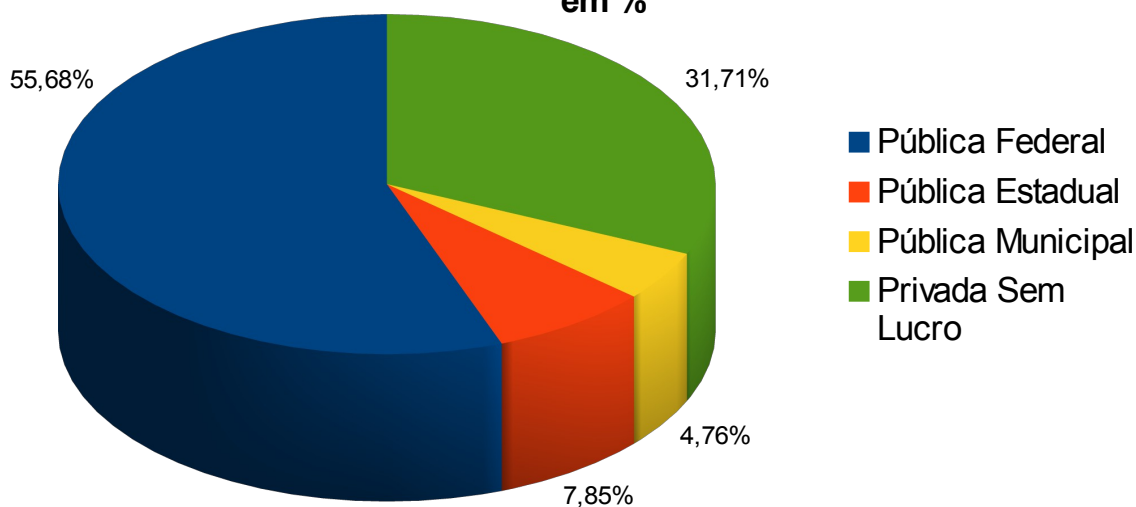
Cumprе ressaltar que os projetos estruturantes da Política Nacional sobre Mudança do Clima são contratados por meio de seleção dirigida, previamente aprovados pelo Comitê Gestor do Fundo, tratando-se, principalmente, de apoio à instalação de laboratórios e equipamentos, desenvolvimento de metodologias específicas e planos setoriais sobre mudança do clima, aquisição de imagens de satélite e sistematização de informações dispersas. Os demais projetos do Fundo são contratados por meio de seleção em livre concorrência, com publicação de chamadas públicas e editais. O Gráfico a seguir apresenta a distribuição dos projetos por modo de seleção nos últimos três anos. Observa-se que mais de 9/10 dos projetos contratados concorrem pelos recursos do Fundo por meio de seleção pública.

Entretanto, considerando que os custos dos projetos estruturantes são mais altos, eles representam, em termos de valor apoiado, cerca de 49% dos recursos não

reembolsáveis aplicados nos últimos três anos.

Considerando-se os projetos contratados por tipo de instituição, pode-se observar que 4/5 dos contratos foram realizados com instituições privadas sem fins lucrativos. Cerca de 14% dos projetos são executados por instituições federais e a grande minoria por estados e municípios. (Vide Gráfico a seguir)

### **FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA** **Recursos Aplicados por Tipo de Instituição - 2011 a 2013** em %

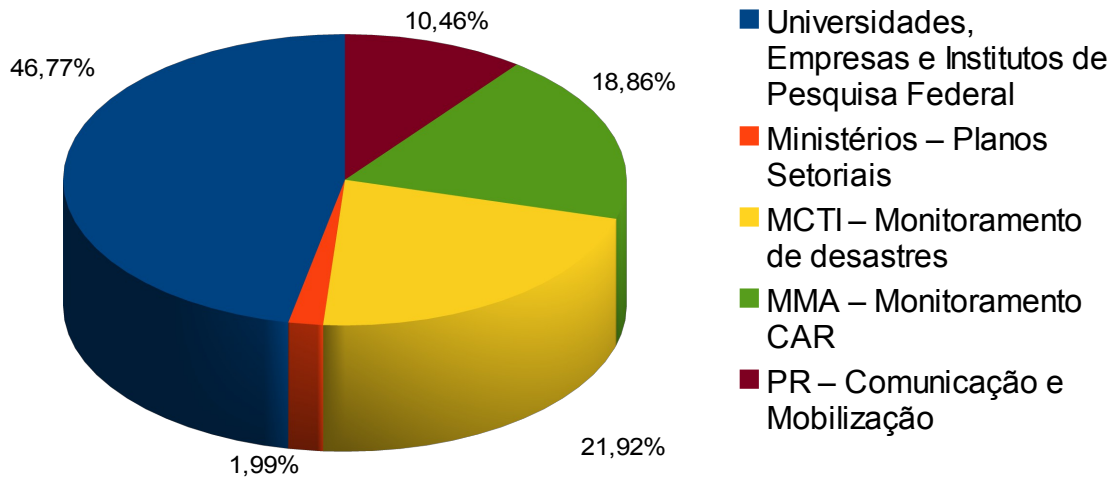


Quando tal comparação é feita com base nos recursos não reembolsáveis aplicados por tipo de instituição, a proporção se altera. Sobressaem-se as instituições federais em função dos custos mais altos dos projetos estruturantes, ao passo que 1/3 dos recursos destinaram-se aos contratos com entidades privadas sem fins lucrativos.

Quando se considera exclusivamente os recursos alocados nas instituições federais (cerca de 56% dos recursos do Fundo nos últimos três anos), quase a metade dos recursos foi aplicada em universidades, empresas e institutos de pesquisa públicos. Além disso, dois projetos estruturantes de órgãos centrais da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o MCTI e o MMA, receberam 2/5 dos recursos aplicados em órgãos federais. Outros 10% foram aplicados em comunicação e mobilização e cerca de 2% nos planos setoriais de pesca e de

agricultura. (Vide Gráfico a seguir)

### FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA Recursos Aplicados em Instituições Federais - 2011 a 2013 em %



Os resumos dos projetos contratados em 2011 e 2012 podem ser acessados, respectivamente, pelos endereços eletrônicos:

[http://www.mma.gov.br/images/arquivos/apoio\\_a\\_projetos/fundo\\_clima/projetos\\_2011%20-%20atualizado.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivos/apoio_a_projetos/fundo_clima/projetos_2011%20-%20atualizado.pdf)

[http://www.mma.gov.br/images/arquivos/apoio\\_a\\_projetos/fundo\\_clima/projetos\\_2012%20-%20atualizado.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivos/apoio_a_projetos/fundo_clima/projetos_2012%20-%20atualizado.pdf)

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: Avaliação preliminar do desempenho do Fundo**

Considerando-se o aspecto meramente orçamentário, o Fundo Clima executou 99,38% do seu recurso total disponível em 2013. A execução dos recursos não reembolsáveis foi de 98,76% do limite disponível, que equivale a cerca de 72% da LOA.

Desde sua implantação o Fundo Clima tem executado os recursos disponíveis em um alto percentual, não obstante as dificuldades estruturais de recursos físicos e humanos.

Qualquer avaliação das atividades do Fundo Clima deve pressupor que ele é um instrumento da Política Nacional Sobre Mudança do Clima – PNMC e, portanto, o Fundo tem a missão de fortalecer a Política do Clima através da viabilização de ações inovadoras e transformadoras empreendidas pelas organizações públicas e privadas em adaptação e mitigação.

O Fundo Clima realiza tal missão de três formas:

- a) apoio direto à estruturação da PNMC, por meio da construção e instalação de laboratórios e estações de monitoramento, do desenvolvimento de metodologias e cenários relativos às mudanças do clima, de apoio aos planos setoriais e ao plano de adaptação, entre outros;
- b) apoio a experiências na ponta, articulando ações de diversas políticas públicas com a PNMC tais como o combate à desertificação, a gestão costeira, o manejo florestal;
- c) apoio a projetos da Iniciativa Privada, com financiamento de baixo custo e longo prazo, voltados à inserção de iniciativas mitigatória em projetos e grandes empreendimentos.

O Fundo Clima é um instituto muito recente e seu desenvolvimento ainda não atingiu a fase de maturação necessária à realização plena de sua missão. Nestes três anos, o foco de suas atividades privilegiou a execução e o acompanhamento

dos projetos não reembolsáveis contratados como meio para viabilizar sua estruturação. Nesse sentido, muito ainda há que ser feito em termos institucionais como organização administrativa, desenvolvimento e capacitação de equipe técnica, infraestrutura física e normativas correspondentes.

Por outro lado, é de vital importância para sua visibilidade, adequada transparência e comunicação, que se desenvolvam e aperfeiçoem indicadores de acompanhamento e impacto dos projetos. Os primeiros já vêm sendo desenvolvidos, em colaboração com a cooperação técnica e envolvimento dos fiscais, monitores e responsáveis técnicos pelos projetos, o que permite apurar os primeiros resultados do Fundo. Já, os indicadores de impacto demandam o desenvolvimento de metodologias específicas, em colaboração com outros setores que atuam com a Política de Mudança do Clima, não sendo uma atividade independente do Fundo.

Em relação aos recursos reembolsáveis, a Embaixada Britânica e a ClimateWorks Foundation, a pedido do BNDES, contrataram uma consultoria para desenvolver uma metodologia para estimar as emissões evitadas por projetos financiados pelo Fundo Clima. Para os não-reembolsáveis, a gerência do Fundo está contratando consultoria para sistematizar as informações disponíveis sobre os projetos e aperfeiçoar o cálculo dos seus resultados.

Embora esteja em processo de consolidação dos indicadores, o Fundo Clima já apresenta alguns resultados preliminares. Em relação aos recursos não reembolsáveis, já foram executados, em três anos, cerca de R\$78 milhões de reais, com a implantação de quase 3 mil equipamentos geotécnicos, geodésicos, pluviômetros e estações meteorológicas, hidrológicas e meteocenanográficas, 7 sistemas de monitoramento, entre eles o sistema de monitoramento costeiro e o sistema de monitoramento de risco, o desenvolvimento de 12 metodologias relativas à mudança do clima, como inventários e modelos de avaliação, de elaboração de cenários, de impactos sobre os recursos hídricos e a biodiversidade. Sob o aspecto social da adaptação, mais de 3500 famílias já foram beneficiadas diretamente com projetos em execução, além da instalação de mais de 400 equipamentos de natureza mitigatória, tais como secadores solares, fogões

ecológicos, fornos ecoeficientes. Outras 400 unidades de equipamentos sociais estão sendo instalados, como cisternas, banheiros e poços tubulares. Do ponto de vista econômico, foram desenvolvidos e implantados cerca de 90 planos e empreendimentos, tais como planos de negócio, planos de manejo, pontos de venda de tecnologia, além de serem implantados 250 sistemas agroflorestais. Quanto ao aspecto institucional, 2 laboratórios de monitoramento de emissões e de risco já foram construídos e implantados, 3 planos setoriais de mudança do clima apoiados, além de material de divulgação e conscientização e de teses e artigos acadêmicos voltados para a mudança do clima.

Em relação aos recursos reembolsáveis, após um período de organização e de calibragem das condições de financiamento, o Fundo Clima conseguiu contratar seus primeiros projetos, no valor aproximado de R\$73 milhões.

Dentre os desafios e metas propostos no início de 2013, além de executar o orçamento disponível, consistiam em propor, discutir, aprovar e operacionalizar as diretrizes para o novo biênio, aprofundar o planejamento organizacional da Gerência do Fundo e iniciar a discussão sobre indicadores para os projetos do Fundo, com a apuração de alguns resultados dos projetos em andamento.

Além disso, as novas diretrizes bienais foram estabelecidas após proposição e debate no Comitê Gestor, bem como realizada a renovação de mandatos dos representantes do Comitê para o biênio. Recorde-se que a composição e instalação do Comitê necessita de indicações pelos titulares dos órgãos públicos envolvidos (Ministros e Presidência do BNDES) e de indicações de representantes não governamentais ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, responsável pela apresentação dos indicados ao MMA.

O planejamento organizacional desenvolvido ao longo do ano permitiu a geração de novos instrumentos de gestão e o aperfeiçoamento de outros já existentes, além de produzir um novo modelo de proposição de projetos.



Dentre os principais prioridades e desafios a serem enfrentados em 2014, devem ser considerados:

- Aprofundar a discussão sobre indicadores, validando-os com os executores e fiscais e monitores de projetos, com envolvimento do Comitê Gestor do Fundo.
- Implantar e divulgar os novos instrumentos gerenciais desenvolvidos na fase de planejamento.
- Desenvolver e implantar formas de comunicação mais eficientes sobre suas operações e resultados. Esta atividade deverá ocorrer de duas formas: i) no plano interno, em que alguns “nós” da rede de contato institucional dentro do MMA tenha mais conhecimento sobre as dificuldades, desafios e realizações do FNMC, tais como os departamentos da SMCQ, as demais secretarias do MMA, as Assessorias Orçamentárias e Financeiras, a Consultoria Jurídica, a Assessoria de Controle Interno, entre outros; ii) no plano externo, a alta direção governamental, os interessados potenciais e a sociedade em geral.

## **EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA**

Marcos Estevan Del Prette – Gerente de Projetos

Délio Noel Gomes de Carvalho – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Eli Siqueira Alves – Técnico Especialista

Vinícius Nogueira de Proença – Agente de Portaria

Nise Maria Silva Pereira – Técnica em Secretariado

Roberto César Gonçalves – Agente Administrativo

Carmen Tavares Collares Moreira - Analista Ambiental

Luiza Curcio Pizzutti – Analista Ambiental (até outubro de 2013)

Juliana Sabino Rodrigues – Analista ambiental

Heraldo Peres Junior – Analista Ambiental (a partir de outubro de 2013)

Fábio Henrique Moraes dos Santos – Analista Ambiental (até junho de 2013)

## ANEXOS

### ANEXO 1 - NORMAS QUE REGEM O FUNDO CLIMA

- **Lei 9.478/1997**, de 06 de agosto de 1997, dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. O § 2º, inciso II, deste mesmo artigo, dispõe que 10% (dez por cento) dos recursos dessa participação especial “sejam destinados ao Ministério do Meio Ambiente – MMA para o desenvolvimento de estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo”.
- **Relatório de Auditoria** do Tribunal de Contas da União (TC-004.151/2004-6).
- **Acórdão TCU 1665/2005**, determina que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG adote “as providências a seu alcance, necessárias para promover o efetivo cumprimento do disposto no art. 50, § 2º, inciso II, da Lei nº 9.478/1997”; e que o MMA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama apliquem “os recursos decorrentes da participação especial prevista no art. 50, § 2º, inciso II, da Lei 9.478/1997, exclusivamente em programas e projetos referentes à preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pela atividade da indústria do petróleo”.
- **Lei nº 12.114**, de 9 de dezembro de 2009, que altera os arts. 6º e 50 da Lei nº 9.478 e cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – Fundo Clima, com o objetivo de assegurar recursos para apoio a projetos e estudos e financiamento de empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos.
- **Lei nº 12.187**, de 29 de dezembro de 2009, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e considera o Fundo Clima como um dos seus instrumentos (art. 6º).
- **Decreto nº 7.343**, de 26 de outubro de 2010, que regulamenta o Fundo Clima
- **Decreto nº 7.390**, de 9 de dezembro de 2010, que regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- **Lei nº 12.351**, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, sob

o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências.

- **Lei nº 12.734**, de 30 de novembro de 2012, modifica as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para determinar novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos *royalties* e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e para aprimorar o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha.
- **Portaria nº 101**, de 26 de março de 2012, que institui o calendário de Reuniões Ordinárias do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima para o ano de 2012.
- **Portaria nº 28**, de 4 de fevereiro de 2013, que institui o calendário de Reuniões Ordinárias do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima para o ano de 2013.
- **Portaria nº 251**, de 25 de julho de 2012, que institui o Grupo Técnico – GT para discutir questões e apresentar propostas para uso dos recursos reembolsáveis.
- **Portaria nº 370**, de 23 de outubro de 2012, que institui o Grupo Técnico – GT para discutir questões e apresentar propostas para uso dos recursos não-reembolsáveis.
- **Portaria nº 53**, de 08 de março de 2013, que designa os membros do Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima para o biênio 2013 e 2013.
- **Resolução Bacen nº 4.267**, de 30 de setembro de 2013, que dispõe sobre financiamento ao amparo de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)
- **Resolução Bacen nº 4.008 (Revogada)**, de 14 de setembro de 2011, que dispõe sobre financiamento ao amparo de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)

**ANEXO 2 - RELATÓRIO 2013 – ATIVIDADES REALIZADAS PELO  
DEPARTAMENTO DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO EM PARCERIA COM O  
FUNDO CLIMA**

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**SECRETARIA DE EXTRATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

**Atividades realizadas pelo Departamento de Combate à  
Desertificação no âmbito do PCT BRA/IICA/05/004 em parceria  
com o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima**

***Avaliação Parcial***

Dez./2013

## **Sumário**

APRESENTAÇÃO.....	1
1. INTRODUÇÃO.....	1
Instrumentos da Cooperação.....	2
2. MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE.....	2
3. CONTRATAÇÃO CONSULTORIAS - PESSOA FÍSICA.....	15
4. CONSIDERAÇÕES.....	17

## APRESENTAÇÃO

A parceria entre o Departamento de Combate a Desertificação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável e o Fundo sobre Mudança do Clima da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade ambiental teve início em 2011, consolidando dentro das ações do Fundo uma área temática para apoiar as ações de combate à desertificação e convivência com a semiáridade. A partir de 2012, novos arranjos foram desenhados potencializando a implementação de atividades com rebatimento nas políticas públicas ambientais, usando como base os instrumentos da cooperação técnica. Esses esforços foram primordiais para a consolidação das deliberações e recomendações advindas da Comissão Nacional de Combate a Desertificação - CNCD, e das recomendações da Rio+20 (destaque para a sinergia entre as três convenções), e das demandas da sociedade como um todo, em especial no quadro atual de seca nas regiões semiáridas do país, quando o combate à desertificação e as ações de adaptação às mudanças do clima promovem o empoderamento e o aumento da resiliência das comunidades rurais frente aos eventos extremos de seca e mudanças de microclima.

### 1. INTRODUÇÃO

Os processos de desertificação, mormente agravados pelos eventos das mudanças climáticas, juntamente à perda de biodiversidade e de acessos aos recursos hídricos, constituem problemáticas atuais de expressão global com sérios reflexos sociais e econômicos que afetam, direta e indiretamente, a vida de milhões de pessoas, tanto no meio rural como no meio urbano. No Brasil, o conjunto das chamadas Áreas Susceptíveis à Desertificação-ASD abrange os nove estados da Região Nordeste e porções dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, um espaço territorial de cerca 1.340.000 Km<sup>2</sup>, equivalente a 15,72% do território brasileiro. Nestas áreas vivem 32 milhões de pessoas (17% da população brasileira) distribuídas em 1.488 municípios (27% do total de municípios brasileiros), sendo que 65% da pobreza rural do país se concentra nas ASD.

Fazer frente a estes cenários exige um esforço de harmonização e integração das várias políticas desenvolvidas nas ASD pelos órgãos governamentais e não governamentais, e de inovação de arranjos de fomento permitindo a estruturação um novo modelo de aplicação dos instrumentos vigentes que torne efetivo o uso sustentável dos recursos naturais, a transformação dos sistemas de produção de consumo de bens e os serviços socioambientalmente adequados em escala sustentável para adaptação das mudanças climáticas e superação da pobreza.

O Ministério do Meio Ambiente executa, por meio do Departamento de Combate à Desertificação, o Projeto de Cooperação Técnica Internacional-PCT BRA/IICA/05/004 de apoio à implementação e consolidação do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN Brasil. O PCT tem como organismo de cooperação parceiro o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-IICA.

No âmbito do PCT foi formalizada parceria entre o DCD e o Fundo Clima para a ação de fomento de iniciativas locais de combate à desertificação e de incentivo às boas práticas sustentáveis de convivência com a semiáridade. Com essa experiência o MMA busca a promoção do desenvolvimento sustentável com o apoio direto dos instrumentos da Cooperação Técnica e das organizações de base das ASD.

As atividades foram organizadas em duas vertentes utilizando da estrutura da cooperação técnica: contratação de projetos por meio de Manifestação de Interesse, voltados para a adaptação e a mitigação às mudanças climáticas, e convivência sustentável com a semiáridade, visando a reversão do quadro de fragilidades das Áreas Susceptíveis à Desertificação – ASD; e contratação de consultoria pessoa física, para construção de arranjos inter-institucionais diferenciados, para o fortalecimento institucional e para a elaboração de estudos estratégicos.

## 2. MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Por meio do Edital de Licitação de Manifestação de Interesse Nº 39/2013 – 3ª Edição (Anexo I) dirigido a entidades sem fins lucrativos das ASD, foram contratados projetos locais e regionais que enfatizassem a sustentabilidade, a capacitação e a difusão de informações e práticas de combate à desertificação e recuperação de áreas degradadas. Os projetos refletiram um esforço das organizações proponentes em relacionar o combate à desertificação às práticas que já vêm desenvolvendo ao longo de seu trabalho junto às comunidades de bases.

O presente relatório oferece uma síntese de atividades desenvolvidas e alguns dos resultados já produzidos pelos projetos, iniciativa esta executada em conformidade com as diretrizes que regem a cooperação técnica internacional e em plena sintonia com os princípios do Fundo Clima/MMA e as linhas temáticas do IICA.

A equipe técnica do Departamento de Combate à Desertificação em conjunto com o Fundo Clima e o apoio técnico do IICA elaboraram o Termo de Referência para o Edital lançado em 30 de maio de 2013. Publicado em mídia impressa de alcance nacional, divulgado nos sites do IICA, do Ministério do Meio Ambiente e da Rede ASA-Brasil (entidade que congrega mais de 1200 organizações da sociedade civil com atuação direta nas Áreas Suscetíveis à Desertificação-ASD), o Edital ficou aberto por um período de 30 dias para recebimento das propostas. Foram inscritos 23 projetos. Todo o trabalho de seleção, monitoramento e avaliação dos projetos contou com uma equipe composta por membros do DCD, do IICA e do Fundo Clima.

O Edital de Manifestação de Interesse destinou recursos da ordem de até **R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)** para apoiar projetos voltados ao combate à desertificação e à adaptação e mitigação dos efeitos decorrentes das mudanças climáticas distribuídos da seguinte forma:

- Valor mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para 1 (um) projeto de amplitude regional, voltado à capacitação de multiplicadores, difusão de tecnologias sociais e implantação de unidades de referência de boas práticas de combate à desertificação;
- Valor mínimo de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) e máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para 1 (um) projeto de amplitude local, que promova sinergia com as iniciativas do Projeto de “Apoio ao aprofundamento do processo de integração econômica e desenvolvimento sustentável do Mercado Comum do Sul-MERCOSUL/ECONORMAS, no componente Desertificação e Seca, utilizando tecnologias e práticas sustentáveis inspiradas no Projeto de Desenvolvimento Hidroambiental – PRODHAM, visando desenvolver em suas etapas de intervenções físicas ações de convivência com a semiaridez, contenção e recuperação de áreas em processo de desertificação no Núcleo de Desertificação de Irauçuba, no Estado do Ceará.
- Valores mínimos de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e máximos de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para projetos que atendam as linhas temáticas descritas no Edital.

As faixas de valores foram estabelecidas para assegurar projetos cujos objetivos e produtos alcancem os resultados esperados nas amplitudes acima definidas.

Em 28 de junho de 2013, reuniram-se no Departamento de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente, os membros da Comissão de Avaliação Técnica do Edital de Manifestação de Interesse Nº 039/2013, com o objetivo de analisar e selecionar os 23 projetos, inscritos, de acordo com a listagem a seguir.

Nº	Instituição Proponente	Título/Objetivo do Projeto
01	<b>Associação Beneficente Brasília</b>	<b>Título: “Projeto Reserva Agroflorestal”</b>



	<b>SOS Nordeste</b>	<p><b>Região:</b> São Gonçalo do Gurguéia - PI (Microrregião do Gilbués)</p> <p><b>Objetivo:</b> Recuperar parte de área desertificada, por meio de construção de pequenas barragens, com plantio de árvores nativas, exógenas, frutíferas e capins, evitando que toneladas de terra cheguem anualmente ao rio mais expressivo desta microrregião – o Rio Gurguéia, provocando gigantesco assoreamento. A área desertificada necessitará ser cercada para evitar o pastejo de gado dos vizinhos e jumentos.</p>
02	<b>Associação de Lideranças, Organizações Agricultoras e Agricultores Familiares do Carri Paraibano – CASACO</b>	<p><b>Título:</b> “Implantação de obras mecânico-físicas e biotecnológicas de recuperação de área degradada na estação Experimental Miguel Arrais”</p> <p><b>Região:</b> Boqueirão - PB</p> <p><b>Objetivo:</b> Implantar Unidades Demonstrativas de conservação e recuperação de solo que representem um laboratório in situ no Município de Boqueirão – PB.</p>
03	<b>Associação de Promoção Social e Familiar</b>	<p><b>Título:</b> “Projeto integrado de educação e gestão ambiental para o enfrentamento dos impactos socioambientais resultantes do processo de desertificação no Distrito do Serrote do Urubu em Petrolina – Pernambuco”</p> <p><b>Região:</b> Distrito do Serrote do Urubu, Município de Petrolina - PE</p> <p><b>Objetivo:</b> Desenvolver ações integradas de educação e gestão ambiental nas áreas de beneficiamento de alimentos de origem vegetal, gerenciamento de resíduos sólidos e produção agroecológica.</p>
04	<b>Associação Plantas do Nordeste</b>	<p><b>Título:</b> “Contribuições de algarobais espontâneos ao combate à desertificação no Sertão Pernambuco”</p> <p><b>Região:</b> Sertão - PE</p> <p><b>Objetivo:</b> O projeto visa avaliar, inicialmente, a abrangência e localização de povoamentos espontâneos de algaroba, sua disponibilidade de biomassa e seu potencial de produção sustentável no sertão de PE. Em segundo lugar, objetiva-se quantificar a contribuição dos algarobais na matriz energética do Estado, no desmatamento evitado e na geração de emprego e renda na zona rural. O projeto fornecerá subsídios para desenhar estratégias ambientais, florestais e institucionais mais adequadas e com potencial de replicação para outros estados do NE onde ocorrem ASD.</p>
05	<b>Cáritas Diocesana de Crateús – CDC</b>	<p><b>Título:</b> “Bem Viver no Semiárido”</p> <p><b>Região:</b> Território Inhamuns Crateús (Tamboril, Quiterianópolis e Independência) - CE</p> <p><b>Objetivo:</b> Ampliar as oportunidades de trabalho e de geração de renda de famílias de agricultores familiares camponeses, com foco</p>

		no combate a desertificação, consolidando as perspectivas de "convivência vom o semiárido" e do "bem-viver" nos municípios: Tamboril, Quiterianópolis e Independência, no Território da Cidania Inhamuns Crateús no Estado do Ceará.
06	<b>Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD</b>	<p><b>Título:</b> “Georreferenciamento para segurança hídrica em Araçuaí/MG – Bases para a construção de plano de manejo sustentável”</p> <p><b>Região:</b> Araçuaí - MG</p> <p><b>Objetivo:</b> Realizar o georreferenciamento de recursos naturais e outros pontos estratégicos em Araçuaí - MG.</p>
07	<b>Cooperativa de Engenharia, Arquitetura e Meio Ambiente – Coopersane</b>	<p><b>Título:</b> “Projeto Básico de uma Unidade Demonstrativa-UDP Regional de convivência sustentável com a semiaridez numa ASD identificada no Núcleo de Desertificação de Cabrobó – PE</p> <p><b>Região:</b> Núcleo de Desertificação de Cabrobó - PE</p> <p><b>Objetivo:</b> Trazer melhoria de vida para 12 milhões de nordestinos que sobrevivem nas ASD do Nordeste Setentrional, por meio do desenvolvimento de um Projeto Básico de UDP de convivência sustentada com o semiárido no Núcleo de Desertificação de Cabrobó, VPR Captação, utilizando os dispositivos Hidroecológicos de contenção das águas das chuvas e detenção dos processos erosivos.</p>
08	<b>Fundação Centro de Ecologia e Integração Social</b>	<p><b>Título:</b> “Cuidado da natureza e organização do povo para enfrentar a desertificação”</p> <p><b>Região:</b> Área Suscetível à Desertificação (ASD) do Centro Norte e Irauçuba, nos Município de Irauçuba, Itapagé, Miraíma, Santa Quitéria, Canindé e Sobral (Estado do Ceará)</p> <p><b>Objetivo:</b> Promover a sustentabilidade dos recursos naturais de Irauçuba, através de ações de conservação de solo, água e vegetação das sub-bacias hidrográficas, tendo o homem como ponto focal.</p>
09	<b>Fundação de Tecnologia Florestal e Geoprocessamento</b>	<p><b>Título:</b> “Capacitação de agricultores para implantação de sistema agroflorestal e agrosilvopastoril nas comunidades de Saquinho, Boa Ventura, Araçá, Goiabeira e Zombaria no Município de Poção/PE</p> <p><b>Região:</b> Poção - PE</p> <p><b>Objetivo:</b> Capacitar agricultores de cinco comunidade do Município de Poção-PE, para a implantação de sistema agroflorestal (SAFs) e agrosilvopastoril como uma maneira prática, simples e eficaz de superar a desertificação e recuperar o solo gerando alimento de qualidade, melhor aproveitamento da pequena propriedade e acima de tudo construção de uma consciência de agente ambiental dos agricultores capacitados. O trabalho tem também o papel de formar esses agricultores para se tornarem multiplicadores dessa</p>

		boa prática na região.
10	<b>Fundação para o Desenvolvimento Sustentável do Araripe</b>	<p><b>Título:</b> “Encontro Nacional para Construção Coletiva de Conhecimento e Estratégias de Prevenção e Combate à Desertificação e Convivência com a Semiaridez”</p> <p><b>Região:</b> Áreas Suscetíveis à Desertificação-ASD</p> <p><b>Objetivo:</b> Identificar ações de combate à desertificação e de convivência com a semiaridez, visando a convergência entre os saberes popular e acadêmico e o estímulo a espaços de articulação entre diversos atores, onde seja possível reunir, discutir, compartilhar experiências/lições oriundas das comunidades rurais e das instituições de pesquisa, no âmbito da UNCCD.</p>
11	<b>Instituto Cactos</b>	<p><b>Título:</b> “Educação com o Pé no Chão: Intervenções Físicas via Difusão Tecnológica apropriada nas ASD de Irauçuba”</p> <p><b>Região:</b> Irauçuba - CE</p> <p><b>Objetivo:</b> Propiciar a capacitação de agricultores(as)/produtores(as) com técnicas/tecnologias apropriadas, interventoras no combate a desertificação no Núcleo de Desertificação de Irauçuba, tendo por base a implementação de ações do PAM/IRAUÇUBA - Plano de Ação Municipal de Combate à Desertificação, via processos educacionais de transmissão de difusão tecnológicas apropriadas ao semiárido, com a metodologia de aprender fazendo, através de oficinas vivenciais no meio rural.</p>
12	<b>Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano - IADH</b>	<p><b>Título:</b> “Democracia, administração social e institucional da biodiversidade territorial para o controle da desertificação e a virada para a sustentabilidade”</p> <p><b>Região:</b> Território Sertões do Canindé - CE</p> <p><b>Objetivo:</b> Promover o fortalecimento institucional para gestão democrática da Preservação e do Manejo Sustentável da biodiversidade territorial visando contribuir na redução da pobreza e das desigualdades através da convivência com o Semiárido Nordeste no âmbito do eixo temático gestão democrática e fortalecimento institucional.</p>
13	<b>Instituto de Desenvolvimento da Região do Sisal</b>	<p><b>Título:</b> “Despertar da consciência ambiental no semiárido da Bahia”</p> <p><b>Região:</b> Valente - BA</p> <p><b>Objetivo:</b> Promover a capacitação dos agricultores familiares despertando a consciência ambiental, associada à produção de mudas florestais, frutíferas e medicinais, no Território do Sisal da Bahia com o manejo sustentável da Caatinga.</p>
14	<b>Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental – IDESA</b>	<p><b>Título:</b> “Fomentar a criação de instância de combate à desertificação e capacitar técnicos em duas regionais do semiárido Maranhense como multiplicadores das ações de combate à</p>

		<p>desertificação”</p> <p><b>Região:</b> São Luis, Barrerinhas, Chapadinha e Caxias - MA</p> <p><b>Objetivo:</b> Fomentar a criação de instância de combate a Desertificação e capacitar técnicos em duas regionais do semiárido Maranhense como multiplicadores das ações de combate a desertificação.</p>
15	<b>Instituto Fazenda Tamanduá</b>	<p><b>Título:</b> “Inventário florestal e produção de mudas de espécies nativas em áreas de manejo florestal de caatinga”</p> <p><b>Região:</b> Município de Santa Terezinha/PB</p> <p><b>Objetivo:</b> Fazer Inventário e coletar sementes de espécies lenhosas de uma área de 16ha que servirá de uso como manejo florestal.</p>
16	<b>Instituto Fazenda Tamanduá</b>	<p><b>Título:</b> “Manejo florestal da caatinga: influência na matéria orgânica do solo e atributos biológicos”</p> <p><b>Região:</b> Município de Santa Terezinha/PB</p> <p><b>Objetivo:</b> Avaliar alterações nas propriedades químicas do solo, matéria orgânica e atividade enzimática em área sob vegetação nativa da Caatinga submetida a manejo florestal</p>
17	<b>Instituto Fazenda Tamanduá</b>	<p><b>Título:</b> “Recuperação de áreas degradadas através de técnicas nucleadoras como mitigação dos processos de desertificação no semiárido paraibano”</p> <p><b>Região:</b> Município de Santa Terezinha/PB</p> <p><b>Objetivo:</b> Contribuir para a redução da desertificação de uma área do semiárido paraibano , promovendo a recuperação da biodiversidade dessa área através de dispersores naturais atraído por técnicas nucleadoras. Aumentado a riqueza da fauna e flora local.</p>
18	<b>Instituto Fazenda Tamanduá</b>	<p><b>Título:</b> “Iniciativas de Prevenção à Desertificação: Manejo Florestal Sustentável de uso múltiplo, Capacitação e difusão de tecnologias de convivência com a semiaridez no município de Santa Teresinha – PB”</p> <p><b>Região:</b> Município de Santa Terezinha/PB</p> <p><b>Objetivo:</b> Capacitar e difundir tecnologias de convivência com a semiaridez de forma a adequar ações que buscam a sustentabilidade hídrica e energética através do uso racional dos recursos naturais da Caatinga.</p>
19	<b>Instituto Mata Branca – IMB</b>	<p><b>Título:</b> “Recaatingar em unidades de conservação de uso sustentável”</p> <p><b>Região:</b> Curaçá - BA</p>

			<p><b>Objetivo:</b> Contribuir para a preservação e conservação do bioma Caatinga por meio da implantação de unidades familiares de manejo agroflorestal sustentável em comunidades rurais, intervendo no processo de extinção de plantas nativas e em especial do Angico (<i>Anadenanthera colubrina</i> (VELL.))</p>
20	<b>Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/CRN</b>		<p><b>Título:</b> “Mapeamento do Bioma Caatinga no Estado do Piauí através de imagens satélites”</p> <p><b>Região:</b> Estado do PI</p> <p><b>Objetivo:</b> Realizar o mapeamento do bioma Caatinga para delimitação das áreas suscetíveis à desertificação e das áreas críticas que poderão sofrer um processo de desertificação através da classificação de imagens de satélites.</p>
21	<b>Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA</b>		<p><b>Título:</b> “Convivência com o Semiárido para Superação da Miséria – Semiárido Show 2013”</p> <p><b>Região:</b> Embrapa Produtos e Mercado, Petrolina - PE</p> <p><b>Objetivo:</b> Contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar do Semiárido Brasileiro e com o Programa Brasil sem Miséria - PBSM, do Governo Federal, reunindo informações, tecnologias, produtos e serviços gerados pelas unidades da Embrapa e outras instituições de pesquisa, organizações não governamentais, além do setor privado envolvido com esse segmento da agricultura familiar, tendo em vista a difusão de experiências e tecnologias de convivência com o Semiárido e a capacitação de agricultores/as e/ou população local e regional.</p>
22	<b>Prefeitura Municipal de Pesqueira</b>		<p><b>Título:</b> “Produção orgânica de hortaliças em estufas”</p> <p><b>Região:</b> Pesqueira - PE</p> <p><b>Objetivo:</b> Promover a sustentabilidade social na região do semiárido do município de Pesqueira com intuito de oferecer novas possibilidades de subsistência através do cultivo de hortaliças e flores em estufa, propiciando assim, segurança alimentar e incremento de renda. Criar meios para despertar e apoiar essas famílias a produzirem alimentos saudáveis em quantidade e qualidade cada vez maiores, além da captação efetiva de água da chuva para a irrigação das culturas em estufa. Inicialmente o projeto visa implantar 15 unidades de estufas que servirão como estudo e demonstração, e onde serão estrategicamente treinados os futuros beneficiados.</p>
23	<b>Sociedade Apoio Sócio Ambientalista e Cultural</b>		<p><b>Título:</b> “Fogões economizadores de lenha: resgatando a cultura de</p>

		<p>uma matriz energética renovável de forma sustentável da caatinga”</p> <p><b>Região:</b> Alto Sertão Sergipano</p> <p><b>Objetivo:</b> Resgatar a cultura do uso doméstico de uma matriz energética renovável, utilizando-se de uma estratégia sustentável no uso dos recursos florestais, através da instalação de FEL (Fogões Economizadores de Lenha) com baixo impacto para caatinga em Assentamentos localizadas na ASD do Alto Sertão Sergipano.</p>
--	--	--

A Comissão Técnica avaliou cada projeto com base nos critérios previstos no Edital que regeu o certame sendo preenchida uma Ficha de Avaliação Individual com a respectiva tabela de pontuação e um resumo das informações sobre os projetos e pontuação individual. Após análise foram selecionados os cinco projetos descritos a seguir totalizando um investimento de R\$ 489.250,14 (quatrocentos e oitenta e nove mil, duzentos e cinquenta reais e quatorze centavos):

**Projeto Nº 10:** apresentado pela Fundação para o Desenvolvimento Sustentável do Araripe sob o título “**Encontro Nacional para Construção Coletiva de Conhecimento**” atendeu a categoria regional e obteve a pontuação total de 44 pontos :

3. **Valor do Projeto: R\$149.982,14**

- **Produtos:** Realização de 4 encontros interestaduais e um encontro nacional; Elaboração de um relatório contendo proposta de estratégias de atuação, experiências sistematizadas para convergência de conhecimento acadêmico-popular; Elaboração de 4 relatórios dos encontros interestaduais e um relatório do encontro nacional; Implantação de 02 unidades de referência; Elaboração de uma publicação com síntese de boas práticas.

**2. Projeto Nº 11:** apresentado pelo Instituto Cactos sob o título “**Educação com o Pé no Chão: Intervenções Físicas via Difusão Tecnológica apropriada nas ASD de Irauçuba**” atendeu a categoria local e obteve a pontuação total de 44 pontos

5. **Valor do Projeto: R\$100.000,00**

- 6. **Produtos:** Realização de 7 oficinas para implantação de tecnologia social para agricultura sustentável; Relatório sistemáticos das atividades, acompanhado de fotografias e lista de frequência (para capacitação de 50 agricultores); Georreferenciamento das intervenções, acompanhadas de registros fotográficos e termo de entrega do produto (tecnologia social implantada) e relatório elaborado; Produção de material didático que propicie a replicação das tecnologias sociais implantadas durante a oficina.

**3. Projeto Nº 12:** apresentado pelo Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH sob o título “**Democracia, administração social e institucional da biodiversidade territorial para o controle da desertificação e a virada para a sustentabilidade**” que obteve a pontuação total de 45 pontos

• **Valor do Projeto: R\$79.594,00**

- **Produtos:** Preparação da ambiência territorial; realização de oficina análise e constituição da câmara temática ; elaboração da agenda estratégica; Nivelção de programas e projetos socioambientais nivelados; Identificação de pontos de convergência e complementaridade; pactuação da agenda mínima; realização de oficina (capacitação para núcleo estratégico territorial para a gestão social e fortalecimento institucional) e sistematização de

informações; Realização de oficinas (construção coletiva dos princípios e diretrizes que orientam o desenvolvimento da cultura de sustentabilidade) com definição e pactuação de conteúdos; Realização de jornadas de articulação; Realização de seminário.

**4. Projeto Nº 18:** apresentado pelo Instituto Fazenda Tamanduá sob o título **“Iniciativas de Prevenção à Desertificação: Manejo Florestal Sustentável de uso múltiplo, Capacitação e difusão de tecnologias de convivência com a semiaridez no município de Santa Teresinha – PB”** que obteve a pontuação total de 45 pontos

- **Valor do Projeto: R\$ 79.634,00**
- **Produtos:** Capacitar produtores familiares, estudantes (ciências agrárias) e empresário no conhecimento do Manejo Florestal Sustentável de Udo Múltiplo; Capacitar nas atividades silviopastoris como estratégia de oferta alimentar para os rebanhos e estratégias de armazenamento de forragem para sustento dos animais no período seco; Apresentar a produtores e estudantes (Ciências agrárias) uma tecnologia na produção de carvão em base sustentável com alta eficiência de conversão lenha/carvão; Capacitar na implementação de barramentos sucessivos (Barragem Base Zero) para reabastecimento do lençol freático e retenção do arraste de solo, com planejamento integrado na microbacia onde se encontra a propriedade.

**5. Projeto Nº 21:** apresentado pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-IRPAA sob o título **Convivência com o Semiárido para Superação da Miséria – Semiárido Show 2013** que obteve a pontuação total de 44 pontos

- **Valor do Projeto: R\$ 80.040,00**
- **Produtos:** Realização de 30 capacitações (atingindo 1.200 pessoas) com elaboração de relatório contendo resultados; Realização de evento do intercâmbio com foco na difusão de tecnologias e experiências de convivência com o Semiárido e minimização dos efeitos de desertificação (atingindo 25.000 pessoas) com elaboração de relatório do evento e sistematização de 10 casos de sucessos após feira em edições anteriores).

Os cinco projetos selecionados encontram-se em fases distintas de execução conforme descrito no quadro a seguir.

Projeto/Título	Instituição	Atividades /Impactos
<p><b>Projeto Nº 10 – Encontro Nacional para Construção Coletiva de Conhecimento e Estratégias de Prevenção e Combate à Desertificação e Convivência com a Semiaridez</b></p>	<p>Fundação para o Desenvolvimento Sustentável do Araripe</p>	<p>Foi realizada a Primeira Pré Conferencia Nacional de Combate à Desertificação, evento preparatório da 11ª Seção da Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação – COP 11. Identificados projetos de combate à desertificação desenvolvidos por organizações sociais e sua contribuição aos eixos do PAN Brasil, promovendo o diálogo de tais iniciativas com Instituições de Ensino e Pesquisa e a Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD).</p> <p>Realizada visita técnica de campo a experiência do Base Zero consolidada há 30 anos no município de Afogados da Ingazeira/PE com a participação do Representante da FAO no Brasil, o Representante da Área de Meio Ambiente do IICA, a Direção do INSA e do DCD/MMA.</p> <p>Realizado Segundo Encontro Nacional de Enfrentamento da da Desertificação - II ENED, evento que movimentou 600 participantes com debates regionais sobre as melhores tecnologias de convivência com a semiaridez e recomendações para sua implementação. Participaram da iniciativa membros da Comissão Nacional de Combate à Desertificação-CNCD, lideranças de organizações sociais de 7 Regiões onde existem Áreas Susceptíveis à Desertificação – ASD (mais de 100 delegações com mandato regionais (Norte de MG, Alto sertão –SE; Xingó – BA/SE/AL; Petrolina – BA/PE; Araripe – CE/PE/PI; Seridó – RN; Cariri-Borborema – PB); além de técnicos, professores de Universidade Federal de Campina Grande, Vice Governador do Estado da Paraíba, Diretor do INSA, Diretor Presidente do Instituto Nacional de Meteorologia – INEMET, Representante da FAO no Brasil, o Representante da Área de Meio Ambiente do IICA, a Direção do INSA e do DCD/MMA.</p> <p>Foi realizado no âmbito do II ENED, evento paralelo sobre boas práticas que foi motivo de reconhecimento do Washington Novaes (jornalista ambientalista respeitado).</p> <p>O projeto foi concluído.</p>



<p><b>Projeto Nº 21 - Convivência com o Semiárido para Superação da Miséria – Semiárido Show 2013</b></p>	<p>Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-IRPAA</p>	<p>Projeto desenvolvido pelo IRPAA com a parceria da Embrapa Semiárido e o MDA focado na difusão de boas práticas de convivência com a semiaridez e minimização dos efeitos de desertificação em ações que envolveram mais de 50 mil produtores;</p> <p>As iniciativas previstas no projeto já foram alcançadas resultando uma inserção do componente combate à desertificação nas ações dos próximos Semiárido Show e especificamente nas ações de difusão da Embrapa Semiárido.</p> <p>O projeto foi concluído.</p>
<p><b>Projeto Nº 11 – Educação com o Pé no Chão: Intervenções Físicas via Difusão Tecnológica apropriada nas ASD de Irauçuba</b></p>	<p>Instituto Cactos</p>	<p>O projeto entra para uma ação de fortalecimento da institucionalidade do município de Irauçuba-CE para a implementação da Política e do Plano Municipal de Combate à Desertificação em um contexto mais amplo articulado com o Programa de Ação Estadual do Combate à Desertificação PAE e Mitigação dos Efeitos da Seca- PAE/CE e como contrapartida de uma ação do MERCOSUL no âmbito do Projeto ECONORMAS que definirá um Manual de Boas práticas para os quatro Países Partes envolvidos – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.</p> <p>Além disso, o projeto apoiará a elaboração de um plano de investimento para captação de recursos no âmbito das ações de adaptação e mitigação às mudanças climáticas frente a questão da seca e da desertificação.</p> <p>O projeto está na fase inicial de planejamento e de execução das ações.</p>
<p><b>Projeto Nº 12 – Democracia, administração social e institucional da biodiversidade territorial para o controle da desertificação e a virada para a sustentabilidade</b></p>	<p>Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH</p>	<p>Este projeto apoiará a definição de estratégias por meio de uma ação de planejamento participativo local focando na questão da convivência com o a semiaridez possibilitando uma estratégia de investimento articulando a base municipal com as políticas públicas em especial com o PAE CE no Território dos Sertões do Canindé – CE</p> <p>O projeto está na fase inicial de planejamento das oficinas.</p>
<p><b>Projeto Nº 18 – Iniciativas de Prevenção à Desertificação: Manejo Florestal Sustentável de uso múltiplo, Capacitação e difusão de tecnologias de convivência com a semiaridez no município de Santa Teresinha – PB</b></p>	<p>Instituto Fazenda Tamanduá</p>	<p>O projeto foca na definição de qualificação de uma unidade de referência na área da Fazenda Tamanduá que atua em parceria com o Instituto na região do Sertão Paraibano. As ações serão promovidas com envolvimento da UFCG Campus Patos da Paraíba. Serão implantadas na unidade ações de demonstração de manejo integrado de uso múltiplo da vegetação nativa e de solo, iniciativas para capacitar e difundir tecnologias de convivência com a semiaridez de forma a adequar ações que buscam a sustentabilidade hídrica e energética através do uso racional dos</p>

		recursos naturais da Caatinga.
--	--	--------------------------------

### **3. CONTRATAÇÃO CONSULTORIAS - PESSOA FÍSICA**

O processo de contratação de três consultores está em andamento conforme legislação nacional pertinente e normas estabelecidas pela Portaria MMA Nº441, de 11 de Novembro de 2011 que disciplina o processo de contratação de consultores na modalidade produto no âmbito de projetos de cooperação técnica internacional.

Foi publicado edital para seleção da consultoria que deverá sistematizar informações sobre projetos apoiados pelo Fundo Clima no contexto do combate à desertificação, consolidando-os em banco de dados cujo processo de seleção/contratação deverá ser concluído em janeiro/2014.

Encontra-se em fase de publicação de Edital para seleção e contratação de consultoria cujo objeto será elaborar proposta de construção de arranjo institucional entre o Ministério do Meio Ambiente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES e instituições financeiras públicas.

Foi contratado consultor para apoiar a geração, sistematização e consolidação de informações técnicas para o processo de construção da estratégia nacional integrada de implementação dos Programas de Ação Nacional e Estaduais de Combate à Desertificação ( PAN Brasil e PAEs) com base na proposta de alinhamento das Ações Brasileiras à Estratégia Decenal da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação – UNCCD.

Consultorias/Objeto	Custo estimado incluindo deslocamentos (passagens e diárias)
<p>1. Consultor, pessoa física, na modalidade produto, para elaborar proposta de construção de arranjo institucional entre o Ministério do Meio Ambiente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES e instituições financeiras públicas, dentre estas o Banco do Nordeste – BNB, e/ou privadas para fortalecer o Fundo Clima criando uma estratégia financeira de promoção de implementação de programas e projetos estratégicos de combate à desertificação e de iniciativas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas visando a reversão do quadro de fragilidades das ASD. <i>Edital de Seleção em fase de publicação.</i></p>	R\$ 74.251,70
<p>2 Consultor, pessoa física, na modalidade produto, para organizar e sistematizar informações sobre projetos apoiados pelo Fundo Clima no contexto do combate à desertificação, consolidando-os em banco de dados georreferenciados espacializando-os em uma base territorial, a ser apresentado em ArcGis e convertido para Spring. <i>Edital publicado. Processo de seleção da consultoria em fase de conclusão.</i></p>	R\$ 50.230,20
<p>3.Consultor, pessoa física, na modalidade produto, para apoiar o Departamento de Combate à Desertificação da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente – DCD/SEDR-MMA na geração, sistematização e consolidação de informações técnicas necessárias ao processo de construção da estratégia nacional integrada para implementação dos Programas de Ação Nacional e Estaduais de Combate à Desertificação ( PAN Brasil e PAEs) com base na proposta de alinhamento das Ações Brasileiras à Estratégia Decenal da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação – UNCCD. <i>Processo seletivo concluído, consultor contratado.</i></p>	R\$ 79.588,90
<b>Custo Total Estimado</b>	<b>R\$ 204.070,80</b>

#### **4. CONSIDERAÇÕES**

O instrumento da cooperação técnica internacional foi efetivo na forma de contratação de projetos de iniciativas locais e regionais de combate à desertificação no âmbito da parceria do Departamento de Combate à Desertificação e Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

A execução dos projetos contratados está a contento. Os projetos conduzidos pela Fundação para o Desenvolvimento Sustentável do Araripe e pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-IRPAA finalizaram suas atividades e estão concluindo o Relatório Final de Execução. Os projetos do Instituto Cactos, Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH e Instituto Fazenda Tamanduá estão em andamento e no prazo previsto.

Em relação à contratação de três consultores, pessoa física modalidade produto, uma contratação já foi efetivada e o processo de seleção dos demais está em andamento e dentro do prazo previsto.

## ANEXO 3 – RELATÓRIO 2013 – ATIVIDADES REALIZADAS PELO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL EM PARCERIA COM O FUNDO CLIMA

### RESULTADO DA OPERAÇÃO CONJUNTA ENTRE FNDF E FNMC – Resumo

#### Chamadas Públicas

Na operação conjunta foram realizadas 6 Chamadas Públicas:

Chamada /ano	Bioma	Objeto
1/2013	Amazônia	Capacitação e assessoria para o fortalecimento da gestão de empreendimentos florestais de base comunitária na Amazônia
2/2013	Amazônia	Assessoria para a comercialização de produtos florestais de Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável no Amazonas e Pará
3/2013	Amazônia	Capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal na Amazônia
4/2013	Cerrado	Assistência técnica para o fortalecimento de empreendimentos florestais de base comunitária no Cerrado
5/2013	Caatinga	Assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar na Caatinga
6/2013	Caatinga	Capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal na Caatinga

Tabela 1: Chamadas de Projetos realizadas em 2013 no âmbito da parceria.

Como resultado das chamadas, serão contratados 65 projetos por meio de quatro pregões eletrônicos. O valor máximo previsto é de R\$ 8,4 milhões, disponibilizados pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

Lista dos projetos por instituição beneficiária e instituição executora com valor da operação

Ano	Chamada	Instituição Beneficiária	UF	Instituição Prestadora de Serviço/ Valor
2013	1	Federação das Associações dos Moradores, Comunidades e Entidades Agroextrativistas do Eixo Forte – FAMCEEF	PA	(em fase de contratação)
		Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós – FCFT	PA	
		Cooperativa de Produtores Agrícolas Orgânicos e Florestais do PDS Virola Jatobá – COOPAF	PA	
		Associação Comunitária Agroextrativista de Nova Arumanduba – ACANA	PA	
		Associação dos Moradores Agroextrativistas das Comunidades – ASMACARU	PA	
		Cooperativa de Desenvolvimento Agroextrativista e de Energia do Médio Juruá – CODAEMJ	AM	
		Associação de Desenvolvimento Agroextrativista do Baixo Acarai – ADABA	PA	
		Associação Comunitária Agroextrativista do Rio	PA	

		Curuminim – ACARC		
		Cooperativa dos Criadores de Abelhas Indígenas da Amazônia em Boa Vista do Ramos – COOPMEL	AM	
		Associação Comunitária Deus Proverá – ACDP	PA	
		Associação Comunitária do Ynumbi	PA	
		Associação de Desenvolvimento Sustentável dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Itapeuta – Associação Itapeuta	PA	
2013	2	APADRIT - Associação de Produtores da Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi	AM	TRAMITTY SERVICOS / R\$ 1.527.672,12
		ACDSRA - Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável do Rio Arimum	PA	
		ACOSPER - Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará	PA	
		ATAC - Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas de Caxiuanã	PA	
2013	3	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão	MA	RONCOFLORES TAL / R\$ 349.493,50
		Instituto Estadual de Florestas do Amapá	AP	
2013	4	Cooperativa da Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária Ltda - COPABASE	MG	FUNATURA / R\$ 1.309.800,00
		Associação Amigos de Areião e Adjacências	MG	
		Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativista de Pandeiros Ltda - COOPAE	MG	
		Cooperativa Regional de Produtores Agrossilviextrativista Sertão Veredas - Coop Sertão Veredas	MG	
		Associação dos agricultores do Assentamento Atoleiro - Associação Cinthia Peter	GO	
2013	5	Associação dos Trabalhadores Rurais da Localidade Mundo Novo	PI	(em fase de contratação)
		Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Lagoa - AAFAL	PI	
		Associação Comunitária dos Produtores da Fazenda Caipira	CE	
		Associação dos Assentados do Assentamento Guarany/Bom Lugar	CE	
		Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Cacimbão II	PI	
		Associação dos Assentados de Rocilandia	CE	
		Associação de Desenvolvimento Comunitário de Ibuassu Velho - ASDECOM	CE	
		Associação dos Assentados de Umarizeiras	CE	
		Associação Comunitária do Assentamento Poço da Pedra	CE	
		Associação dos Assentados e Assentadas de Reforma Agrária do Assentamento Conceição	CE	
		Associação dos Assentados de Boa Vista Novo Alvorecer	CE	
		Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento de Vila Ipiranga	CE	
		Associação Comunitária Coração de Jesus do Assentamento Morrinhos	CE	
		Associação Comunitária do Assentamento Boa Esperança - Carnáuba Furada	CE	
		Associação Comunitária dos Pequenos Produtores	PI	

		Rurais do Assentamento Saco da Tarde		
		Associação dos Assentados do Assentamento Primeiro de Maio	CE	
		Associação Comunitária dos Assentados do Assentamento de Barra	CE	
		Associação do Assentamento Olho d'Água da Esperança	CE	
		Associação Comunitária dos Assentados do Pajeú	CE	
		Associação Comunitária dos Assentados do Assentamento Puxa II	CE	
		Associação Comunitária dos Assentados da Fazenda Bonsucesso – ASCOMSJ	CE	
		Associação dos Pequenos Agricultores da Fazenda Ipueirinha	CE	
		Associação Comunitária do Assentamento da Passagem das Pedras	CE	
		Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Fazenda Jerimum	CE	
		Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Sabiá	PI	
		Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Congo - APRACO	PI	
		Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Morada Nova	PI	
		Associação dos Agricultores e Agricultoras do Assentamento Estreito	PI	
		Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Antônia Flor - AAFAAF	PI	
		Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Baixa	PI	
		Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Todos os Santos Borracha - AAFATS	PI	
		Associação de Desenvolvimento Rural Lagoa do Mato	PI	
		Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Frecheira/Porco	PI	
		Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Residência	PI	
2013	5 <sup>1</sup>	Associação dos Assentados do Assentamento São José III	CE	Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE
		Associação Agropecuária do Assentamento Conquista do Morgado	CE	
		Associação do Assentamento da Fazenda Frazão	CE	
		Associação dos Trabalhadores Assentados de Armadores - ATRAR	CE	
		Associação dos Assentados da Fazenda Frios	CE	
2013	6	Cooperativa Cearense de Prestação de Serviços e Assistência Técnica Ltda – COCEPAT	CE	Nordeste Florestal / R\$ 388.000,00
		Fundação Centro de Ecologia e Integração Social – CIS	CE	
		Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte – EMATER	RN	



Tabela 4: Projetos selecionados em 2013, instituição executora e valores

### Mapa dos Projetos FNDF



Ícones vermelhos: projetos selecionados em 2010

Ícones amarelos: projetos selecionados em 2012

Ícones verdes: projetos selecionados em 2013 (Chamadas envolvendo FNMC e FNDF)